

OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.													
CNPJ nº 30.914.898/0001-74													
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)													
BALANÇOS PATRIMONIAIS						DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Capital social		Debêntures Conv. Ações	Reserva Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total Patrimônio Líquido
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23		Subscrito	A integralizar					
Circulante							200.001	(12.530)	187.471		29.126	263.060	479.657
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.126	22.510	44.965	73.291	19	-	-	257.973	-	-	-	257.973
Aplicações financeiras	5	-	-	3.510	-	19	-	-	-	-	-	61.203	61.203
Contas a receber	6	-	-	73.235	88.434	19	-	-	-	-	3.060	(3.060)	-
Ativo financeiro	8	-	-	129.512	116.877	19	-	-	-	-	-	(14.536)	(14.536)
Dividendos a receber	9	60.903	23.385	-	-	19	-	-	-	-	-	(190.268)	(190.268)
Partes relacionadas	28	951	-	-	-	-	200.001	(12.530)	187.471	257.973	32.186	116.399	594.029
Impostos a recuperar	7	4.069	4.031	24.262	13.697	19	257.973	-	257.973	(257.973)	-	-	-
Outros ativos	81	61	1.556	1.210	-	19	-	8.228	8.228	-	-	-	8.228
		84.130	49.987	277.040	293.509	19	-	4.302	4.302	2.135	-	-	6.437
Não circulante						19	(230.000)	(230.000)	-	-	-	-	(230.000)
Ativo financeiro	8	-	-	637.992	634.842	19	-	-	-	-	-	(116.399)	(116.399)
Impostos a recuperar	7	5.012	-	91.660	17.079	19	-	-	-	-	-	(42.294)	(42.294)
Aplicações financeiras	5	-	-	200	10.653	19	-	-	-	-	-	161.023	161.023
Outros ativos	96	96	96	576	993	19	-	-	-	-	8.051	(8.051)	-
Investimentos	9	495.642	582.649	-	-	19	-	-	-	-	-	(38.243)	(38.243)
Imobilizado		824	850	3.360	3.575	-	227.974	-	227.974	-	2.135	40.237	72.435
Intangível	10	862	840	232.223	259.534	-	-	-	-	-	-	-	-
		497.328	584.339	235.583	263.109	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo		586.566	634.422	1.243.051	1.220.185								
Passivo e patrimônio líquido													
Circulante													
Fornecedores	11	332	154	30.267	18.763	20	11.225	9.368	414.274	371.634			
Fornecedores – confirming	11	-	-	24.038	18.484	21	(2.246)	(1.398)	(156.795)	(124.058)			
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	8.042	54.286	-	8.979	7.970	257.479	247.576			
Debêntures	13	-	-	68.429	6.702	21	(35.209)	(19.041)	(102.912)	(76.652)			
Dividendos a pagar	19	38.243	14.536	38.243	14.536	9	218.644	94.600	-	-			
Partes relacionadas	28	16.000	-	-	-	22	(9.598)	(9.584)	90.027	(8.588)			
Obrigações trabalhistas		3.976	4.898	10.605	9.756								
Impostos e contribuições a recolher	14	557	305	9.687	4.995		182.816	73.945	244.594	162.336			
IRPJ e CSLL a recolher	14	-	-	2.281	2.278	23	4.255	1.206	29.519	7.161			
Impostos diferidos	15	-	-	6.703	10.981	23	(29.319)	(17.219)	(61.979)	(57.948)			
Outros passivos	17	220	220	483	823	23	(25.064)	(16.013)	(32.460)	(50.787)			
		59.328	20.113	198.778	141.604		157.752	57.932	212.134	111.549			
Não circulante													
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	46.584	138.152	24	-	-	(29.479)	(35.367)			
Debêntures	13	-	-	412.215	60.596	24	3.271	3.271	(21.632)	(14.979)			
Partes relacionadas	28	184.000	-	-	-		161.023	61.203	161.023	61.203			
Impostos e contribuições a recolher	14	-	-	534	823								
IRPJ e CSLL diferidos	15	-	-	206.145	190.875								
Impostos diferidos	15	-	-	35.197	73.199								
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	-	-	360	546								
Atualização de debêntures conversíveis em ações	18	-	17.061	-	17.061								
Outros passivos	17	457	3.219	457	3.318								
		184.457	20.280	701.492	484.552								
Patrimônio líquido													
Capital social	19	227.974	187.471	227.974	187.471								
Debêntures conversíveis em ações	19	-	257.973	-	257.973								
Reserva de capital		2.135	-	2.135	-								
Reserva legal		40.237	32.186	40.237	32.186								
Reserva de lucros		72.435	116.399	72.435	116.399								
		342.781	594.029	342.781	594.029								
Total do passivo e patrimônio líquido		586.566	634.422	1.243.051	1.220.185								
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS													
1. Contexto operacional: A OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. (“Companhia”), foi constituída em 12/07/2018, com sua sede na Rua Joaquim Floriano, 913, 7º andar, conjunto 72, Edifício Joaquim Floriano, Itaim Bibi, São Paulo - SP, tendo como objeto social a gestão de ativos e participações societárias em outras sociedades no setor de saúde, hospitalar e laboratorial. O capital social inicial da Companhia, subscrito na data da sua constituição, foi de 1 (mil) ações, correspondente a R\$1 (mil reais). Em 12/08/2023, o controlador da Companhia, PE SOPP Fundo de Investimento em Participações II Multiestratégia Investimento no Exterior, celebrou o “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” com o IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE, o qual disciplinou as condições para alienação da totalidade de suas ações na Companhia para o IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE, um continuation fund e contratou a IG4 Capital como sua gestora, de modo que a IG4 Capital segue como controladora da Companhia. Em 27/06/2024, todas as condições precedentes do “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” foram satisfeitas concluindo a alienação das ações da Companhia para o IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE, nessa mesma data, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, mediante a subscrição de 800.004 de ações, aumentando o capital social para R\$457.974, conforme descrito na nota explicativa 18. Em 30/12/2024, foi celebrada Ata de Assembleia Geral Extraordinária que deliberou a redução de capital social da Companhia em R\$ 230.000 e o cancelamento de 502.214.727 ações ordinárias. 2. OPY e suas Controladas:													
			31/12/24	31/12/23									
ONM Health S.A. (a)			100,00%	100,00%									
OZN Health SPE S.A. (b)			100,00%	100,00%									
OPY Serviços Hospitalares S.A. (c)			100,00%	100,00%									
ODR Health SPE S.A. (d)			100,00%	-									
(a) ONM Health S.A.: A ONM Health S.A. (“ONM”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à rua Dona Luíza, nº 311, no bairro Milionários, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A ONM tem como objeto social, exclusivamente, a prestação de serviços de apoio não assistenciais à gestão e operação do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (“Hospital” ou HMDCC), inaugurado em 10/12/2015 através de parceria público-privada. Contrato de Concessão: A ONM assinou, em 26/03/2012, o Contrato de Concessão Administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. O contrato delega à ONM, por meio de concessão administrativa, a execução das obras da Fase II e dos serviços não assistenciais do Hospital, pelo prazo de 20 anos. A ONM assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam: Prestar atividades de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital, que integram o objeto da Concessão, conforme disposto no Anexo 5 do Contrato de Concessão; efetuar manutenção corretiva e preventiva dos bens vinculados (bens utilizados na execução dos serviços) de modo a conservá-los em condições adequadas de uso e incorporar inovações tecnológicas supervenientes à celebração do contrato, que possibilitem o melhor atendimento aos usuários, o incremento da preservação do meio ambiente ou a redução dos custos na execução dos serviços. (b) OZN Health S.A.: A OZN Health SPE S.A. (“OZN”) (Anteriormente Zona Norte Engenharia Manutenção e Gestão de Serviços S.A. SPE) é uma sociedade anônima de propósito específico, com sede na Av. Torquato Tapajós, nº 9.250, Colônia Terra Nova, Manaus - AM. A OZN foi constituída em 30/04/2013 e detém a parceria público-privada com o Governo do Estado do Amazonas que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviço de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30/04/2013, pelo prazo de 20 anos. A OZN não realizou, para os períodos findos em 31/12/2024 e 2023, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão. (c) OPY Serviços Hospitalares S.A.: A OPY Serviços Hospitalares S.A. (“OPY Serviços”), foi constituída em 24/08/2020, atualmente com sua sede na Rua Joaquim Floriano, 913, 7º andar, conjunto 72, Edifício Joaquim Floriano, Itaim Bibi, São Paulo – SP, tendo como objeto social atividades de apoio à gestão da saúde hospitalar e laboratorial. O capital social inicial da OPY Serviços, subscrito na data da sua constituição, foi de 1.200 ações, correspondente a R\$1.200,00 (mil e duzentos reais), e teve suas atividades iniciais em 1º de junho 2022. Em 08/06/2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a abertura de uma filial da OPY Serviços Hospitalares S.A. no Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua X-016, Qd.212, lote 2, sala 60, Sítio Santa Luzia, Cep: 74.922-800. Em 10/06/2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social em R\$ 3.600 mediante a emissão de 3.600 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizadas. O capital social da OPY Serviços passou a ser R\$ 3.601,2, mediante a emissão de 3.601,2 ações ordinárias nominativas. Em 01/02/2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a abertura de uma filial da OPY Serviços Hospitalares S.A. no Município de Manaus, Estado de Amazonas, na Avenida Djalma Batista, nº. 1.719, Edifício Atlantic Tower, Torre Business, Sala nº. 5054, 5º andar, Bairro Chapada, Cep: 69.050-010. (d) ODR Health SPE S.A.: A ODR Health SPE S.A. (“ODR Health”), é uma sociedade anônima de capital fechado e de propósito específico, com sede na Quadra Acne 11, Avenida LO 4, S/N, Conjunto 04, lote 39, Plano Diretor Norte, Palmas - TO. A ODR foi constituída em 21/10/2024 e detém parceria público - privada com o Governo do Estado de Tocantins que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviços de construção, gestão, operação e manutenção de serviços não assistenciais do novo Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina – HMMDR - Palmas nos termos do Contrato de Concessão													

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

do contrato de concessão, o aditivo contratual e as receitas extraordinárias, todos trazidos a valor presente. Dos valores faturados referentes à contraprestação pública máxima, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação do ativo financeiro, é utilizada para a baixa do respectivo ativo financeiro. **3.7.5 Investimentos:** Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais as demonstrações financeiras são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **3.7.6 Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganhos ou perdas resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment"). **3.7.7 Intangível:** A controlada OZN Health, possui um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão por ter direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão ou explorá-la e o valor a ser recebido depende da demanda. Um ativo intangível, recebido como contraprestação por serviços de construção fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a OZN Health se torna apta a cobrar o Poder Concedente pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. Esta estimativa de vida útil é a premissa utilizada para o cálculo de amortização do saldo do intangível. **3.7.8 Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados ao custo ou pelo valor de realização, dos dois o menor, e incluem os rendimentos auferidos. **3.7.9 Fornecedores:** Os saldos de contas a pagar de Fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento da prestação de serviços necessários para a operação de Companhia. A Companhia realiza contratação de serviços e realiza compras apoiado na política de compras que destaca prazo de pagamento de 90 dias. **Confirming:** Os fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "Fornecedores – confirming". Embora para a Companhia não há alteração da natureza da transação ou nos fluxos de caixa vinculados às faturas originalmente emitidas. **3.7.10 Empréstimos e Financiamentos:** Os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro é feita quando a Companhia tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os financiamentos estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. **3.7.11 Arrendamentos e direito de uso:** A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamentos e direito de uso, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação de equipamentos e da sede administrativa. A amortização é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. **3.7.12 Impostos a recolher:** Representa essencialmente saldos de PIS, COFINS e ISS a recolher sobre as operações de serviços de concessão e demais receitas acessórias das controladas. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar. **3.7.13 IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais – base anual) para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de CSLL ou outros créditos fiscais não utilizados, sempre que permitido por legislação vigente, utilizam-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável. Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. **Despesas de IRPJ e CSLL corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos. **Despesas de IRPJ e CSLL diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou receita de IRPJ e CSLL diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e (b) afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos. **3.7.14 Reconhecimento das receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades, conforme descrição a seguir: **Receitas de operação:** Referem-se às receitas provenien-

tes dos serviços de concessão dos Hospitais das controladas da Companhia e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. Na entidade individual, referem-se à receitas de prestação de serviços administrativos e gestão estratégica prestados pela controladora, com o objetivo de remunerar atividades como (i) consultoria e assessoria para análise, elaboração, implementação e acompanhamento do projeto; (ii) planejamento, suporte e gestão estratégica de ativos, recursos internos e inovação institucional; (iii) apoio administrativo voltado à gestão operacional e empresarial; (iv) apoio na elaboração, aprovação e execução de diretrizes financeiras e orçamentárias; (v) orientação ao plano estratégico empresarial; e (vi) orientação sobre a condução da comunicação estratégica empresarial. **Receitas de remuneração do ativo financeiro:** São as receitas reconhecidas mensalmente em função da correção do ativo financeiro, conforme descrito na nota explicativa nº 8, são calculadas com base no saldo do ativo financeiro do mês anterior. **Receitas de construção:** Representam as receitas reconhecidas em função da realização de serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis dos Hospitais. Tais receitas são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras ao final de cada período. **Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do período e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros a pagar sobre os contratos de empréstimos e financiamento e debêntures que a Companhia e suas controladas possuem. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas aos juros dos financiamentos se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida. Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **3.7.15 Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial:** Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: a) Ativos financeiros:** Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, as operações de ativos financeiros são classificadas nas seguintes categorias: **» Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros; **» Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou **» Valor justo por meio do resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima. Os ativos financeiros são revertidos quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) transferência de seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. **b) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo: **» Custo amortizado:** principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou **» Valor justo:** utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e aqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração. A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como uma reversão do valor reconhecimento originalmente como passivo, e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **3.7.16 Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando se possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimado de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.8 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou novos normativos que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que iniciou em 01/01/2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. **» IAS 1 / CPC 26 (R1) -** Trata da apresentação das demonstrações financeiras e introduz alterações nos critérios de classificação de ativos e passivos circulantes e não circulantes, especialmente relacionados ao ciclo operacional normal, passivos financeiros, e direitos de deferir a liquidação por pelo menos 12 meses. Vigente a partir de 01/01/2024 **» IAS 7 / CPC 26 e IFRS 7 / CPC 40 -** Incorporação de requisitos para divulgação de acordos de financiamento com fornecedores. Vigente a partir de 01/01/2024 **» Alterações à IAS 8 -** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de Estimativas Contábeis **» Alteração à IFRS 16 –** Arrendamentos – Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback" **3.9 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis** Na data de autorização destas demonstrações financeiras a Companhia não adotou a novos normativos e revisadas a seguir já emitidas e ainda não aplicáveis no exercício corrente. **» IAS 21 / CPC 02 -** Ausência de conversibilidade, efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras. Vigente a partir de 01/01/2025 **» IFRS 18 -** Divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. Vigente a partir de 01/01/2027. **» IFRS 19 -** Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. Esta norma permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A Companhia espera que suas subsidiárias possam beneficiar-se deste novo pronunciamento, entretanto, ainda está avaliando se os reguladores locais aprovarão a aplicação da IFRS 19 **» OCP10:** A OCP10 é uma orientação técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e tornou-se obrigatória para Companhias abertas em 01/01/2025. A OCP10 foi desenvolvida em parceria entre a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o CPC, com o objetivo de: (i) Estabelecer um tra-

tamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização; (ii) Garantir a consistência das demonstrações financeiras; (iii) Integrar os relatórios de sustentabilidade e (iv) Alinhar-se à prática internacional sobre o tema. Com exceção do novo formato de apresentação da demonstração do resultado conforme IFRS 18, não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Caixa	-	-	1	1
Bancos	30	56	4.381	1.443
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	18.096	22.454	40.583	71.847
Total	18.126	22.510	44.965	73.291

As aplicações financeiras referem-se às operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas a taxa média (12 meses) 99,00% do CDI em 31/12/2024 (101,10% do CDI em 31/12/2023). Estas aplicações são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2). **5. Aplicações financeiras:** A composição do saldo apresentado de aplicações financeiras é como segue:

	Consolidado	
	31/12/24	31/12/23

BASA (i) 2.541 8.249
Banco Santander 1.169 2.404
Total **3.710** **10.653**
Circulante 3.710
Não circulante 200 10.653
3.710 **10.653**

(i) Referem-se às contas reservas atreladas aos empréstimos e financiamentos captados junto ao BASA, que conforme Cláusula 6ª: Inciso III, II e III (BNDES) e Cláusula 9ª: Inciso V, I e II (BASA), exige a manutenção em conta reserva em valor equivalente de 3 (três) serviços da dívida (o serviço da dívida é o total dos juros pagos e o principal de uma dívida) e 3 (três) meses de pagamento dos contratos de operação e manutenção (O&M). Em 2024 ocorreu a quitação dos empréstimos junto às instituições financeiras relacionadas, onde a obrigação de constituição da reserva foi extinta. O saldo atual refere-se somente a títulos de capitalizações junto à instituição financeira. (ii) O valor mantido no ativo não circulante atua como garantia ("Cash Collateral") dada pela Companhia junto ao banco Santander, relativo à contratação de instrumento particular de constituição de garantia fiança nº 180118021 e 180117921, visando garantir os Contratos de financiamentos vigentes. Em 2024, ocorreu a quitação dos empréstimos junto às instituições financeiras relacionadas na nota explicativa nº 12, de modo que a obrigação de constituição das garantias, foram extintas. Sendo assim, em 2024 estas aplicações financeiras não são mais consideradas garantias. **6. Contas a receber:** Referem-se à contraprestação mensal de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais principalmente junto ao poder concedente, com vencimento mensal. Estes recebimentos são realizados mensalmente e estão de acordo com o contrato de concessão dos Hospitais ou o contrato de prestação de serviços de gestão administrativa.

	Consolidado	
	31/12/24	31/12/23
Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SUSAM) – (a)	46.300	75.455
Prefeitura de Belo Horizonte – (b)	10.720	10.366
Sociedade Beneficente Israelita Brasileira (c)	16.163	3.450
Outros	52	47
	73.235	89.318

Ajuste a valor presente – (884)
73.235 **88.434**
73.235

Circulante 88.434
a) Refere-se às contas a receber junto à Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – SUSAM decorrentes da contraprestação mensal de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais referentes à primeira fase do complexo hospitalar Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz gerido pelo OZN Health SPE S.A. nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30/04/2013. A Administração entende que não é necessário o reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperadas, devido ao Fundo de Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas ser garantidor do recebimento de até três contraprestações mensais nos termos do Contrato de Concessão, dado que as notas fiscais foram emitidas e atestadas pelo poder concedente o direito do recebimento é incontestável. A Companhia pode acionar a qualquer momento o Fundo de Parcerias Público-Privadas para o recebimento total das contraprestações vencidas. b) Refere-se às contas a receber junto ao Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia – HMAP sob a gestão da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, entidade privada conforme contrato de prestação de serviços de gestão, administração e acompanhamento de serviços não assistencial do hospital com vigência de 01/06/2022 a 01/06/2027. c) Refere-se às contas a receber junto ao Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia – HMAP e Hospital Urgências de Goiás – HUGO ("Hospital") sob a gestão da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, entidade privada conforme contrato de prestação de serviços de gestão, administração e acompanhamento de serviços não assistencial do hospital. A Administração da Companhia e suas Controladas, revisam a cada fechamento contábil o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais. O saldo a receber, classificado pelo prazo de vencimento em 31/12/2024 e 31/12/2023, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/24	31/12/23
Valores a Vencer	62.626	30.933
Vencidos	-	-
De 1 a 30 dias	13	17.126
De 31 a 60 dias	-	-
Acima de 360 dias (i)	10.596	41.259
	73.235	89.318

(i) No Ano de 2024 ocorreu o recebimento de 3 contraprestações, que estavam em discussão com a SES-AM através de protocolos e ofícios. Os R\$10.558 remanescentes foram recebidos em 31/01/2025. **7. Impostos a recuperar:** Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
PIS/COFINS (a)	76	76	97.444	17.963
IRPJ / CSLL – OPY Serviços (a)	-	-	51	51
IRPJ / CSLL – ONM Health (b)	-	-	1.075	1
IRPJ / CSLL – OZN Health (c)	-	-	3.070	2.967
IRPJ / CSLL – Controladora (d)	5.012	-	5.012	-
IRRF – juros sobre capital próprio	2.850	2.770	2.850	2.770
IRRF – sobre aplicações financeiras	826	545	826	545
IRRF – sobre prestação de serviços	196	446	4.008	4.857
Outros	121	194	1.586	1.622
	9.081	4.031	115.922	30.776

Circulante 4.069 4.031 24.262 13.697
Não circulante 5.012 – 91.660 17.079
(a) Referem-se a PIS e COFINS retidos sobre serviços prestado pela OZN Health SPE S.A. e a créditos de PIS e COFINS decorrentes da fase de construção e operação do ONM Health S.A. Tais créditos serão consumidos ao longo do contrato de concessão à medida em que as receitas advindas da realização deste contrato ocorrerem e, por consequência, gerar os respectivos débitos tributários. e Em maio de 2020 a controlada ingressou com ação judicial para a suspensão do pagamento de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços da OZN Health, esta ação se deu pela tese da controlada estar na Zona Franca de Manaus. Em novembro de 2024, a decisão transitou em julgado a favor da controlada e com isto os valores pagos de PIS e COFINS do período de 2017 a 2024 foram reconhecidos como um crédito tributário, passível de utilização para compensação dos demais tributos administrados pela Receita Federal. O valor total do crédito reconhecido ao longo do ano de 2024 foi de R\$78.475 (b) Referem-se ao pagamento de IRPJ e CSLL por estimativa. (c) Trata-se de impostos retidos sobre serviços prestados e saldo negativo de impostos pagos antecipadamente de IRPJ/CSLL por estimativa, IRRF sobre aplicações financeiras e prestações de serviços. (d) Referem-se a créditos de saldo negativo apurados no exercício de 2024. **8. Ativo financeiro:** Refere-se às parcelas de valores a receber decorrentes dos contratos de concessão assinados junto aos poderes concedentes, sendo a Prefeitura de Belo Horizonte (ONM Health S.A) e a Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – SUSAM (OZN Health SPE S.A.) oprizante, Hori. Os contratos de concessão foram classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do Poderes Concedentes, pelo prazo de 20 anos, decorrente da aplicação das interpretações técnicas IPCPC 01 – Contrato de Concessão e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A Companhia e suas Controladas esperam manter o ativo durante todo seu prazo de concessão para receber os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos.

	ONM Health		OZN Consoli-Health	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23

Saldo em 01/01/2023 **279.825** **446.672** **726.497**
Remuneração (42.542) (89.458) (132.000)

Atualização monetária do ativo

financeiro (a) e (b) 45.059 99.582 144.641

Adições 2.505 10.076 12.581

Saldo em 31/12/2023 **284.847** **466.872** **751.719**

Curto prazo 43.285 73.592 111.877

Longo prazo 241.562 393.280 634.842

Saldo em 01/01/2024 **284.847** **466.872** **751.719**

Remuneração (45.094) (95.362) (140.456)

Atualização monetária do ativo

financeiro (a) e (b) 42.278 96.644 138.922

Adições (c) 8.982 8.337 17.319

Saldo em 31/12/2024 **291.013** **476.491** **767.504**

Curto prazo 46.636 82.876 129.512

Longo prazo 244.377 393.615 637.992

a) Em 26/03/2012, o ONM Health S.A. celebrou com o município de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Poder Concedente), Contrato de Concessão Administrativa, sob a forma de Parceria Público-Privada, para a execução das obras de engenharia (Fase II) e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro. Foi contratualmente estabelecido, que após o início da operação do HMDCC, ocorrida em 10/12/2015, a controlada faria jus ao recebimento da Contraprestação Pública Máxima. Entretanto, em 18/08/2016, foi celebrado o Sexto Termo Aditivo em face das dificuldades de liquidação apresentados pelo Poder Concedente, estabelecendo o recebimento parcial das Contraprestações Públicas correspondentes ao período de dezembro/2015 a abril/2017. Em 10/02/2020 a controlada assinou o Nono Termo Aditivo definindo a data para a revisão da composição do equilíbrio econômico-financeiro para abril de 2025, tendo até doze meses como prazo para a finalização das revisões. A ONM Health S.A. reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro do mês anterior. O saldo do ativo financeiro é corrigido pela taxa de 10,75% ao ano, em consonância com o Contrato de Concessão. Adicionalmente o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente através da cesta de índices de reajustes sobre o contrato de concessão que apresentou na totalidade 4,30% em 2024 e 5,21% em 2023, comparado com o ano anterior houve uma variação negativa de 0,91% e em 30/04/2013, o OZN Health SPE S.A. celebrou com o Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – SUSAM, contrato de concessão administrativa para a prestação de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital e Pronto Socorro Delphina Aziz de Manaus. O prazo da concessão é de 20 anos. A Taxa utilizada pela OZN Health SPE S.A. para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, inclusive saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir na concessão, tendo sido apurado por meio de metodologia do Capital Asset Pricing Model – CAPM, cujo o compromisso observou valores à época da realização do investimento. O valor de atualização do ativo financeiro ocorrido em 2024 através da cesta de índices de reajustes sobre o contrato de concessão apresentou na totalidade 4,41% e 5,72% em 2023, comparado com o ano anterior houve uma variação negativa de 1,31%. Considerando as características contratuais e o modelo de negócio para manutenção deste ativo financeiro, a Companhia o classifica como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48. **9. Investimentos:** Referem-se aos investimentos em controladas avaliadas por equivalência patrimonial: **9.1 Movimentação dos saldos / histórico da transação:**

	Controladora	
	31/12/24	31/12/23

Saldo inicial **582.649** **526.827**

Constituição e Aporte de capital na

ODR Health SPE S.A. (a) 2.001 –

Amortização mais valia – OZN (4.512) (4.512)

Amortização mais valia – ONM (1.834) (1.834)

Recebimento de dividendos (219.387) (24.500)

Dividendos propostos a receber (b) (37.518) (7.932)

Recebimento juros sobre capital

próprio (c) (44.401) –

Equivalência patrimonial 218.644 94.600

Saldo final **495.642** **582.649**

(a) A ODR Health SPE S.A. ("ODR Health"), é uma sociedade anônima de capital fechado e de propósito específico, com sede na Quadra Acne 11 Avenida Lo 4, S/N, Conjunto 04, lote 39, Plano Diretor Norte, Palmas - TO. Constituída em 25/10/2024 a controlada tem como objeto social, atividade de apoio à gestão de saúde, manutenção e reparação de equipamentos, gestão de redes de esgotos, atividades de limpeza, serviços de engenharia, suporte técnico, atividades de monitoramento de sistema de segurança eletrônica etc. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$1 (Hum mil reais) dividido em 1 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. No dia 03/12/2024 através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento do capital Social da Odr Health SPE S.A. no montante R\$ 3.869,852 mediante a emissão de 3.869,852 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real). O capital social da controlada passou para R\$ 3.870,852 dividido em 3.870,852 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 2.001 integralizados em moeda corrente nacional e R\$ 1.869,852 a serem integralizados, em moeda corrente nacional, em até 06 (seis) meses (b) O montante de dividendos propostos de 2024 referem-se aos dividendos mínimos do lucro líquido de exercícios da ONM Health, OZN Health e Opy Serviços, calculados nos termos do estatuto social e da lei societária brasileira. O pagamento de dividendos está condicionado às controladas terem disponibilidade de caixa. O saldo de dividendos a receber em 31/12/2024 é de 60.903 (23.385 em 2023). (c) A OZN Health pagou à Companhia juros sobre capital próprio no dia 08/01/2024 o montante de R\$25.401 e no dia 28/11/2024 o montante de R\$19.000, totalizando de R\$44.401. continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

9.2 Detalhes do saldo dos investimentos - reapresentado:

Informações financeiras resumidas das controladas em 31/12/2024

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Mais Amort. mais	Receita bruta	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Saldo dos investimentos
ONM Health	329.709	242.195	72.775	56.133	(8.866)	140.436	-	195.024
OZN Health	953.029	623.173	329.856	58.277	(20.679)	243.864	-	14.875
Opy Serviços	21.491	15.295	6.197	-	-	25.482	-	8.795
ODR Health	4.976	3.976	1.000	-	-	-	-	(50)
							218.644	495.642

Informações financeiras resumidas das controladas em 31/12/2023

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Mais Amort. mais	Receita bruta	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Saldo dos investimentos
ONM Health	324.249	247.554	76.695	56.133	(7.032)	140.436	15.424	125.796
OZN Health	735.869	326.784	409.085	58.277	(16.169)	243.864	76.551	451.193
Opy Serviços	12.084	6.425	5.660	-	-	25.482	2.624	5.660
							94.600	582.649

10. Intangível - reapresentado:

Intangível pode ser assim demonstrado:

	% Amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Softwares e outros	20% a.a.	2.734	(1.002)	1.732
Direito de uso (a)	5% a.a.	182.205	(59.193)	123.012
Mais valia - Concessão ONM		82.730	(14.428)	68.302
Mais valia - Concessão OZN		84.310	(48.560)	35.750
Constituição de Intangível - Concessão ODR (b)		3.427	-	3.427
		355.406	(123.183)	232.223

Consolidado

	% Amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Softwares e outros	20% a.a.	2.135	(1.149)	986
Direito de uso (a)	5% a.a.	182.205	(44.395)	137.810
Mais valia - Concessão ONM		82.730	(17.204)	65.526
Mais valia - Concessão OZN		84.310	(29.098)	55.213
		351.380	(91.846)	259.534

(a) Corresponde ao direito da OZN Health SPE S.A. de cobrar pelo uso da infraestrutura ou de explorá-la, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30/04/2013, pelo prazo de 20 anos. O valor é amortizado linearmente pelo prazo residual da concessão. (b) Corresponde aos custos relacionados a iniciação do projeto relativo a ODR Health SPE S.A.

11. Fornecedores:

	Controladora	Consolidado
	31/12/24	31/12/23
Operações de Confirming (a)	-	25.338
Ajuste valor presente - Operações de confirming	-	(1.300)
Fornecedores - terceiros	332	154
Total	332	54.305

(a) A companhia possui convênios de confirming com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como "operações de confirming" até a extinção desta obrigação. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira com taxa de 1,20% (1,23% em 31/12/2023) e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez passam a ser credoras da operação, mantendo os prazos e valores acordados na transação comercial, as quais possuem condições comerciais diferenciadas e, portanto, são classificadas como atividade de financiamento no fluxo de caixa. A companhia revisou a composição da sua carteira e concluiu que não houve alteração de prazos e demais condições dos contratos. O principal motivo da transação é para que a antecipação do recebível seja uma alternativa de recebimento para o fornecedor (em contrapartida a política de compras da Companhia que prevê prazo de pagamento em 90 dias).

12. Empréstimos e financiamentos - reapresentado: A composição dos saldos de obrigações com empréstimos e financiamentos, em 31/12/2024 é demonstrada a seguir:

	Instituição financeira	Companhia	Modalidade	Data da captação	Aditivo	Venci-mento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	2024	2023
BASA	OZN Health	(a)	Financiamento com garantia	15/12/2014		10/09/2028	7,6% e 8,24% a.a.	150.308	-	79.080
BNDES	OZN Health	(a)	Financiamento com garantia	15/07/2015		15/08/2027	TJLP +5,20% a.a.	54.001	-	28.671
VOTORANTIM	OZN Health	(a)	Aval do acionista	13/10/2020	13/01/2022	13/01/2025	CDI + 3,50% a.a.	20.000	-	6.058
BOCOM	OZN Health	(a)	Aval do acionista	04/11/2020	26/01/2022	04/01/2024	CDI + 2,90% a.a.	6.000	-	373
BASA	OZN Health		Aval do acionista	18/03/2021		10/03/2025	104 do CDI% a.a.	1.399	-	491
BANCO DO BRASIL	OZN Health		Aval do acionista	28/06/2021		15/06/2024	160% do CDI a.a.	20.000	-	4.025
BASA	OZN Health		Aval do acionista	20/07/2021		15/06/2024	104 do CDI% a.a.	8.000	-	1.552
VOTORANTIM	OZN Health		Aval do acionista	22/02/2022		24/02/2025	CDI + 3,50% a.a.	13.889	-	8.123
BOCOM	OZN Health		Aval do acionista	03/03/2022		04/03/2024	CDI + 2,90% a.a.	5.000	-	1.263
BDMG	ONM Health	(a)	Financiamento com garantia	25/10/2021		25/08/2031	SELIC + 4,74% a.a.	75.000	54.626	62.650
HP FINANCIAL	ONM Health	(b)	Financiamento de ativo fixo	05/09/2019		10/09/2024	5,67%	237	-	35
HP FINANCIAL	ONM Health	(b)	Financiamento de ativo fixo	16/10/2019		10/10/2024	5,54%	707	-	117
								354.541	54.626	192.438
								8.042	54.286	
								46.584	138.152	

Circulante

Não Circulante

OZN Health SPE S.A.: a) As garantias concedidas são: (i) alienação fiduciária das ações de emissão da controlada tanto das devedoras quanto das credoras da OZN quanto as mantidas em tesouraria; (ii) alienação fiduciária de ativos, e cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes decorrentes da concessão. Conforme mencionado na nota explicativa nº 4 a empresa possui reservas (e/ou cartas fiança) atreladas aos empréstimos e financiamentos captados junto ao BNDES e ao BASA, que conforme cláusula 6ª, (inciso III, itens II e III para BNDES) e cláusula 9ª (inciso V, I e II para BASA) exige a manutenção em conta reserva em valor equivalente de 3 (três) serviços da dívida e 3 (três) meses de pagamento dos contratos de operação e manutenção. Em 2024 ocorreu a quitação dos empréstimos junto às instituições financeiras relacionadas, de modo que a obrigação de constituição da reserva foi extinta. ONM Health S.A.: a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, o valor de R\$1.349, em 31/12/2023, mantido no ativo não circulante, atuou como garantia ("Cash Colateral") dada pela OZN ao banco Santander e atualizado a 4,20% a.a., relativo à contratação das cartas-fiança junto à instituição financeira. Para 31/12/2024, o montante fora integralmente resgatado, não havendo mais tal natureza de aplicação. b) Os montantes apresentados na modalidade de financiamento de ativo fixo referem-se a captações para financiar a aquisição de ativos financeiros realizadas através de operações de arrendamento mercantil. Nesta categoria de financiamento, os próprios ativos adquiridos são dados em garantia à dívida. Os contratos de dívida junto ao Banco BDMG e os instrumentos que regem o certificado de recebível imobiliário (aqui representados pela debênture que lastreia a operação conforme nota nº 13) contém cláusulas de covenants financeiros que busca manter o patamar de certos índices financeiros conforme estabelecido em contrato. 12.1 Covenants ONM Health S.A.: Os contratos de dívida junto ao Banco BDMG e os instrumentos que regem o certificado de recebível imobiliário (aqui representados pela debênture que lastreia a operação) contém cláusulas de covenants financeiros que busca manter o patamar de certos índices financeiros conforme estabelecido em contrato. O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), medido semestralmente com lastro nos valores apurados nos últimos doze meses constantes das referidas demonstrações financeiras. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, a ONM terá o prazo de 6 meses para comprovar o reestabelecimento do referido índice. Em 31/12/2024 a controlada cumpriu com os índices financeiros.

	Índice	Limite	12 meses findo em	31/12/24	31/12/23
Geração operacional de caixa (*) / Serviço da dívida (**)		Maior que 1,3		2.0134	1,7851
(*) Geração de caixa operacional corresponde a soma do caixa líquido gerado nas operações e o custo de obra, relativo aos 12 últimos meses. (**) O serviço da dívida corresponde ao pagamento de principal de financiamento e pagamento de juros de financiamento, deduzido dos efeitos de substituição das dívidas, relativo aos 12 últimos meses. A movimentação dos financiamentos da controlada entre períodos findos em 31/12/2024 e de 2023, é como segue:					

Principal

Juros e encargos

Bônus de adimplência

2023

Adições

Transação Líquido

Pagamentos

Adições

adimplência

Pagamentos

2024

Instituição financeira

Companhia

2022

Adições

Transação Líquido

Pagamentos

Adições

adimplência

Pagamentos

2023

BASA

OZN Health

79.080

-

-

(70.410)

5.408

(2.113)

(11.965)

-

BNDES

OZN Health

28.671

-

-

(26.027)

2.859

(2)

(5.501)

-

Votorantim

OZN Health

6.058

-

-

(6.019)

445

-

(485)

-

BOCOM

OZN Health

373

-

-

(369)

-

-

(4)

-

BASA

OZN Health

491

-

-

(494)

31

5

(33)

-

Banco do Brasil

OZN Health

4.025

-

-

(4.002)

168

3

(194)

-

BASA

OZN Health

1.552

-

-

(1.548)

36

(3)

(37)

-

Votorantim

OZN Health

8.123

-

-

(7.014)

659

4

(1.722)

-

BOCOM

OZN Health

1.263

-

-

(1.251)

15

2

(29)

-

BDMG

ONM Health

62.650

-

338

(8.335)

9.055

-

(9.082)

54.626

HP Financial

ONM Health

35

-

-

(35)

11

-

(11)

-

HP Financial

ONM Health

117

-

-

(117)

37

-

(37)

-

| | | 192.438 | - | 338 | (125.621) | 18.724 | (2.103) | (29.150) | 54.626 | |

Principal

Juros e encargos

Bônus de adimplência

2022

Adições

Transação Líquido

Pagamentos

Adições

adimplência

Pagamentos

2023

BASA

OZN Health

95.740

-

-

(14.820)

6.834

(1.303)

(7.371)

79.080

BNDES

OZN Health

34.394

-

-

(5.449)

3.679

-

(3.953)

28.671

Votorantim

OZN Health

11.203

-

-

(5.093)

1.394

-

(1.446)

6.058

BOCOM

OZN Health

4.867

-

-

(4.428)

367

-

(4.33)

373

BASA

OZN Health

868

-

-

(396)

110

-

(91)

491

Banco do Brasil

OZN Health

12.104

-

-

(6.003)

1.607

-

(1.682)

4.025

BASA

OZN Health

4.672

-

-

(3.096)

260

(17)

(267)

1.552

Votorantim

OZN Health

13.942

-

-

(5.790)

1.851

-

(1.880)

8.123

BOCOM

OZN Health

5.057

-

-

(3.753)

539

-

(580)

1.263

BDMG

ONM Health

70.697

-

385

(8.333)

11.644

-

(11.743)

62.650

13. Debêntures e encargos financeiros: ONM Health S.A.: Em 20/08/2021 a ONM emitiu debêntures simples, não conversível em ações de espécie quirográfica, no valor de R\$60.000 as quais serviram de lastro para operação de securitização onde a empresa Virgo emitiu certificados de recebível imobiliário (CRI), pelo prazo de 10 anos, custo de IPCA + 7,3557%, e com carência de 12 (doze) meses para pagamento de principal. Os recursos captados por meio das Debêntures serão integralmente destinados ao pagamento das despesas diretamente relativas às obras de expansão, desenvolvimento, reforma e/ou de manutenção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, objeto do contrato de concessão da ONM. A operação teve carta fiança como garantia da operação, no valor de 3 (três) parcelas vincendas da dívida em benefício dos titulares do certificado de recebível imobiliário junto a securitizadora da operação, Virgo Companhia de Securitização. Além disso, as garantias da operação são (i) direitos de recebimento creditório da caução correspondente à 3 (três) contraprestações, conforme cláusula 20.1.1 do Contrato de Concessão; (ii) direito dos recebimentos dos créditos decorrentes do "Contrato de Penhor", conforme cláusula 20.1.2 do Contrato de Concessão; e (iii) alienação fiduciária das ações da Companhia. A operação é regida pelos seguintes documentos: (i) contrato de distribuição; (ii) escritura de emissão de debêntures; (iii) escritura de emissão de cédula de certificado imobiliário; (iii) termo de securitização; (iv) contrato de cessão fiduciária; e (v) contrato de alienação fiduciária, incluindo todos os seus anexos e aditamentos. OZN Health S.A.: Em 26/11/2024 a OZN emitiu debêntures simples, não conversível em ações de espécie quirográfica, no valor de R\$420.000 pelo prazo de 7 anos, custo de DI + 3,50%, e com carência de 11 (ONZE) meses para pagamento de principal. Os recursos captados por meio das Debêntures foram integralmente destinados ao pagamento de contratos de financiamentos anteriores (BASA,BNDES,BANCO VOTORANTIM) e para pagamento de dividendos e Mútuo entre as partes. A operação teve carta fiança como garantia, no valor de 3 (três) parcelas vincendas da dívida do contrato de Debêntures junto ao agente Fiduciário (OliveiraTrust). Além disso, as garantias da operação são (i) Cessão Fiduciária dos direitos de recebimento creditório conforme cláusula 4 do Contrato de Concessão e (ii) alienação fiduciária das ações da Companhia. A operação é regida pelos seguintes documentos: (i) a presente Escritura de Emissão; (ii) os Contratos de Garantia "alienação de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios"; (iii) o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica a Ser Convolada em com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o rito de Registro Automático, da OZN Health SPE S.A.", celebrado entre a Emissora, a Fiadora e determinadas instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (iv) o Contrato de Prestação de Serviços de Banco Depositário, "Contrato Serviços de Cauções e Outros"; (v) os demais instrumentos celebrados com prestadores de serviços contratados no âmbito da Emissão e da Oferta e (vi) os aditamentos a quaisquer dos documentos mencionados nos itens acima, incluindo todos os seus anexos e aditamentos.

	Modalidade	Companhia	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	2024	2023
Debêntures	ONM Health	13/09/2021	15/08/2031	7,36%	60.000	67.683	67.298	
Debêntures	OZN Health	20/12/2024	20/12/2031	100%DI+3,5%a.a.	420.000	412.961	-	
						69.791	7.123	
						(1.362)	(421)	
						68.429	6.702	
						420.000	62.023	
						(7.785)	(1.427)	
						412.215	60.596	

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas em 31/12/2024 e 2023.

	Principal	Juros e encargos
Debêntures	2023	Adições
Debêntures emitidas - ONM Health	58.440	-
Juros Contrato - ONM Health	21.276	-
Amortização juros contrato - ONM Health	(10.569)	-
Custo com emissão debêntures - ONM Health	(1.849)	-
Debêntures emitidas - OZN Health	-	420.000
Juros Contrato - OZN Health	-	-
Amortização juros contrato - OZN Health	-	-
Custo com emissão debêntures - OZN Health	-	-
	67.298	420.000
	(3.442)	2.446
	Principal	Juros e encargos

13.1 - Covenants: ONM Health S.A.: O contrato das debêntures contém cláusulas de covenants financeiros que busca manter o patamar de certos índices financeiros conforme estabelecido em contrato. Os covenants são mensurados com base no "ICSD" (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) e na razão da Dívida Líquida/EBITDA Cash. O ICSD deverá ser calculado como a razão entre (A) a Geração Operacional de Caixa (Fluxo de Caixa Operacional, advindo das atividades operacionais, considerando o somatório dos recebimentos de contraprestação pública, inclusive os recebimentos referentes ao ativo financeiro, e de outras Receitas Operacionais, já líquidas de eventuais compartilha-mentos com o Poder Concedente, deduzidos os custos e despesas operacionais e administrativos, inclusive os tributos e impostos sobre as receitas); e (B) o Serviço da Dívida (amortização de principal e pagamento de juros decorrentes dos passivos onerosos assumidos pela Emissora, a serem pagos no referido período), sendo ICSD = A / B. Em relação à Dívida Líquida, é representada pelo somatório de empréstimos de curto e longo prazo, incluindo mútuos, avais, emissões de títulos de renda fixa no mercado nacional ou internacional e apenas o valor de operações de risco sacado que ultrapasse o montante total de R\$ 15.000. Em relação ao "EBITDA Cash", é calculado em relação ao período de 12 (doze) meses anterior à respectiva data de apuração, o somatório: do lucro/prejuízo antes de: (a) impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (b) despesas de depreciação e amortização, (c) despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras. Devem ser excluídos deste cálculo: (1) as receitas de remuneração de ativo financeiro, (2) as receitas de construção, baixas do ativo financeiro pela concessão ou pela remuneração, impostos sobre o ativo financeiro, e (3) custo de construção. O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,2 (um inteiro e 2 décimos), medido semestralmente com lastro nos valores apurados nos últimos doze meses constantes das referidas demonstrações financeiras. A razão entre Dívida Líquida/EBITDA Cash deve ser igual ou inferior a 3,20%. Em 31/12/2024 a OZN cumpriu com os índices financeiros.

	Índice	Limite	12 meses findo em	31/12/24	31/12/23
ICSD		>= 1,2		3,40	
Dívida Líquida/EBITDA Cash		<= 3,0		2,05	-

ONM Health S.A.: A escritura das debêntures possui determinadas cláusulas restritivas ("covenants"), as quais estabelecem condições que, se concretizadas, ensejem em liquidação antecipada da dívida. Em 26/12/2024 a parte relacionada OZN Health SPE S.A. celebrou contrato de mútuo oneroso, cuja eficácia está condicionada à aprovação dos debenturistas/detentores do CRI, com a controlada da ONM no montante de R\$ 200.000, valor já transferido entre as entidades em 2024. Como o rito para tal aprovação apenas ocorrerá no exercício seguinte, e a cláusula das debêntures 5.1.2 (y) requer aprovação prévia para a eficácia de tal transação, em 31/12/2024 todo o montante da dívida está classificado como curto prazo para o atual ano. Conforme descrito na nota explicativa 30, foi obtido um waiver em 27/03/2025, autorizando a produção dos efeitos do mútuo sem que enseje qualquer declaração de vencimento antecipado, o que não alterou a classificação da dívida como curto prazo para 31/12/2024.

14. Impostos e contribuições a recolher:

	Principal	Juros e encargos
Debêntures	2023	Adições
Debêntures emitidas - ONM Health	58.440	-
Juros Contrato - ONM Health	21.276	-
Amortização juros contrato - ONM Health	(10.569)	-
Custo com emissão debêntures - ONM Health	(1.849)	-
Debêntures emitidas - OZN Health	-	420.000
Juros Contrato - OZN Health	-	-
Amortização juros contrato - OZN Health	-	-
Custo com emissão debêntures - OZN Health	-	-
	67.298	420.000
	(3.442)	2.446
	Principal	Juros e encargos

15. Impostos diferidos - reapresentado:

	Principal	Juros e encargos
Debêntures	2023	Adições
Debêntures emitidas - ONM Health	58.440	-
Juros Contrato - ONM Health	21.276	-
Amortização juros contrato - ONM Health	(10.569)	-
Custo com emissão debêntures - ONM Health	(1.849)	-
Debêntures emitidas - OZN Health	-	420.000
Juros Contrato - OZN Health	-	-
Amortização juros contrato - OZN Health	-	-
Custo com emissão debêntures - OZN Health	-	-
	67.298	420.000
	(3.442)	2.446
	Principal	Juros e encargos

Consolidado

	31/12/24	31/12/23
IRPJ de Pessoa Jurídica (IRPJ) (a)	126.774	118.596
CSLL sobre o Lucro Líquido (CSLL) (a)	42.488	42.732
IRPJ e CSLL sobre créditos extemporâneos (c)	16.969	-
IRPJ e CSLL sobre mais valia	19.913	29.529
Programa de Integração Social (PIS) (b)	206.144	190.857
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (b)	4.874	12.476
Imposto sobre serviço (ISS) (b)	22.451	57.646
	14.576	14.240
	41.901	84.180
	6.703	10.981
	241.342	264.056

a) O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e diferimento da receita dos contratos de concessão. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

continuação ◀

b) O PIS, a COFINS e o ISS diferidos, classificadas no passivo não circulante, representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo das concessões, que, atualmente, estão previstos para se encerrar 2035 (ONM Health) e 2055 (ODR Health). Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro. d) Em maio de 2020 a OZN ingressou com ação judicial para a suspensão do pagamento de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, esta ação se deu pela tese da controlada estar na Zona Franca de Manaus. Em novembro de 2024, a decisão transitou em julgado a favor da controlada e com isto os valores pagos de PIS e COFINS do período de 2017 a 2024 foram reconhecidos como um crédito tributário, passível de utilização para compensação dos demais tributos administrados pela Receita Federal. O valor total do crédito reconhecido ao longo do ano de 2024 foi de R\$78.475. Após o trânsito em julgado da ação movida pela (OZN Health), o valor passou a não ser devido, diante dessa decisão o saldo foi revertido para resultado. **16. Provisões para riscos fiscais, trabalhista e cíveis:** As provisões para riscos refletem a opinião de assessores jurídicos que classificam alguns pleitos com risco provável de perda. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos na esfera administrativa e trabalhista. Sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida. Para 31/12/2024 não houve valores judiciais avaliados com grau de risco de perda possível. A movimentação das provisões para riscos trabalhistas, pode ser assim demonstrada:

	Companhia	2023	Provisão	Reversão	2024
Administrativa	ONM Health	533	–	(213)	320
Trabalhista	OZN Health	13	40	(13)	40
Total		546	40	(226)	360
	Companhia	2022	Provisão	Reversão	2023
Trabalhista	ONM Health	515	–	(515)	–
Administrativa	ONM Health	–	533	–	533
Trabalhista	OZN Health	283	13	(283)	13
Total		798	546	(798)	546

17. Outros Passivos - reapresentado: O saldo de outros passivos está abaixo demonstrado para os exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023:

	Controladora	Consolidado
	31/12/24	31/12/23
Plano de Outorga de Ações a Pagar	–	2.534
Outros.	677	905
	677	940
Circulante	220	220
Não circulante	457	3.219

18. Atualização de debêntures conversíveis em ações: No dia 12/08/2023, o IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE e a Companhia celebraram o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Colocação Privada, da Companhia, por meio da qual o IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE se comprometeu a subscrever e a integralizar 257.973 mil debêntures, conversíveis em ações, em série única, para colocação privada, no montante total de R\$ 257.973, tendo o valor nominal unitário de R\$ 1 (mil) cada debênture. As debêntures serão remuneradas por 100% do DI acrescidas de 8%, e não possuem atualização monetária.

Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição da Atualização em 2024	em 2023
Debêntures Conversíveis em Ações	12/08/23	28/08/28	CDI+ 8%	257.973	–	17.061
Não circulante (Atualização a valor justo)					–	17.061
Patrimônio Líquido (Debêntures Conversíveis em Ações)					257.973	–
					–275.034	

Segue abaixo as movimentações ocorridas em 31/12/2024.

Debêntures Conversíveis em Ações	2023	Adições	Pagamentos de Juros	Conversão em Ações	2024
Debêntures emitidas	257.973	–	–	(257.973)	–
Atualização a valor justo	17.061	25.097	(42.158)	–	–
	275.034	25.097	(42.158)	(257.973)	

Em 27/06/2024, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a conversão da totalidade das debêntures emitidas em 12/08/2023 em Capital Social da Companhia.

19. Patrimônio líquido: Capital social: Em 27/06/2024, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi convertida em capital social a totalidade das debêntures emitidas em 12/08/2023 no total de R\$ 257.973, conforme nota 17. Nesta conversão, foram emitidas 800.004 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão de R\$ 0,3224656377 por ação. Com esta conversão, o capital da companhia passou de R\$ 200.001 para R\$ 457.974. Em 30/12/2024, mediante a ata de assembleia geral extraordinária, foi deliberada a redução de capital da companhia, no montante de R\$230.000 e o cancelamento de 502.214.427 ações ordinárias. Com a redução de capital social a companhia passa a ter em 31/12/2024 um capital social subscrito de R\$227.974, correspondente a 497.790.573 ações totalmente integralizadas. Em 31/12/2024 e 31/12/2023 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

	Quantidade de ações – Subscritas	Quantidade de ações – Capital social integralizadas	Capital social R\$
Em 31/12/2023	200.001	187.471	187.471
	Quantidade de ações – Subscritas	Quantidade de ações – Capital social integralizadas	Capital social R\$
Em 31/12/2024	485.261	485.261	227.974

A movimentação do capital social da Companhia, pode ser assim demonstrada:

	Quantidade de ações – milhares	Participação
IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE	497.791	100%

Dividendos: O Estatuto Social e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido, quando deliberados pela Administração da Companhia. Em 30/05/2023 foi deliberado através de Assembleia Geral Extraordinária a constituição de distribuição de dividendos intermediários, no montante R\$ 105.720,69958, valor esse constante da conta de reserva de lucros acumulados da Companhia, observado o balanço patrimonial levantado em 31/12/2022. Os dividendos foram pagos em 28/09/2023. No dia 25/09/2023 foi deliberado através de Assembleia Geral Extraordinária a aprovação de distribuição de dividendos intermediários no montante R\$ 84.553,48780, valor esse constante da conta de reserva de lucros acumulados da Companhia, observado o balanço patrimonial levantado em 31/12/2022. Os dividendos foram pagos em 28/09/2023. No dia 26/06/2024 foi deliberado através de Assembleia Geral Extraordinária a aprovação da conversão de dividendos intermediários em integralização de capital no montante R\$ 8.228,058, valor esse constante da conta dividendos a pagar da Companhia, observado o balanço patrimonial levantado em 31/12/2023. **Debêntures Conversíveis em Ações:** No dia 12/08/2023, o IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE e a Companhia celebraram o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Colocação Privada, da Companhia, por meio da qual o IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE, mediante a satisfação de determinadas condições precedentes previstas em referida escritura, subscreveu e integralizou 257.973 mil debêntures, conversíveis em ações, em série única, para colocação privada, no montante total de R\$ 257.973 mil, tendo o valor nominal unitário de R\$ 1 mil cada debênture. De acordo com o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures, estas poderão ser total e integralmente convertidas em ações de forma mandatária, concomitantemente à realização do fechamento da operação prevista no Contrato de Compra e Venda de Ações, observando os termos, condições e procedimentos previstos para a realização do fechamento. Embora até a data da divulgação destas demonstrações financeiras, as condições precedentes para conversão das Debêntures não tenham sido cumpridas em sua totalidade, a classificação técnica contábil das Debêntures desde já deve obedecer ao estipulado pelo CPC 39 (IAS 32): o principal é reconhecido dentro do Patrimônio Líquido como “Debêntures conversíveis em ações”, enquanto os juros referentes à correção do Papel constam do passivo, dentro do grupo de “Debêntures e Encargos Financeiros”. Em 27/06/2024, conforme Assembleia Geral Extraordinária, após o cumprimento das condições precedentes, foi convertida em capital social a totalidade das debêntures emitidas em 12/08/2023 no total de R\$ 257.973, conforme nota 17 e 18. Nesta conversão, foram emitidas 800.004 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão de R\$ 0,3224656377 por ação.

OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

Dividendos a pagar:

	Consolidado			
	31/12/24	31/12/23		
Passivo circulante				
Saldo início do período	14.536	67.701		
Dividendos proposto	158.693	190.272		
Dividendos pagos	(173.229)	(257.973)		
Constituição dividendos mínimo obrigatório	38.243	14.536		
Saldo Final do período	38.243	14.536		
Reserva de lucros: Reserva Legal: De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos. Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação. 20. Receita líquida dos serviços prestados: A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Receita de Operação (d)	-	-	234.664	226.977
Receita dos serviços prestados(a)	13.091	10.925	62.216	20.661
Receita de Remuneração do Ativo da Concessão (b) -	-	-	138.921	144.640
Receita de Construção (c)	-	-	17.319	12.581
Outras receitas	-	-	105	102
Total de receitas	13.091	10.925	453.225	404.961
Impostos sobre serviços e outras deduções	-	-	-	-
PIS	(216)	(181)	(3.360)	(2.562)
COFINS	(995)	(830)	(15.472)	(11.807)
ISSQN	(655)	(546)	(20.119)	(18.958)
	(1.866)	(1.557)	(38.951)	(33.327)
	11.225	9.368	414.274	371.634

(a) Refere-se a prestação de serviços administrativos e gestão estratégica realizados pela Companhia. Além disto, prestação de atividades de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital, que integram o objeto do contrato; efetuar manutenção corretiva e preventiva dos bens vinculados, vigilância desarmada, agentes de portaria, bombeiros civis, higienização hospitalar, hotelaria, jardinagem etc. (b) É composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das infraestruturas hospitalares). (c) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC-01 (R1) e OCPC-05. (d) Receita de Operação e Manutenção sobre operacionalização dos serviços correspondem ao gerenciamento e fiscalização da operação e manutenção dos serviços não assistenciais do Hospital tais como, lavanderia, nutrição, portaria, telefonia, vigilância, esterilização, limpeza, manutenção predial, informática e manutenção de equipamentos. Receita de desenvolvimento da infraestrutura foi incorrida na fase de construção e apenas relacionada com a construção do hospital. Esta receita de desenvolvimento da infraestrutura foi reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra. **21. Custos e despesas por natureza:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/24	31/12/23
Materiais e serviços de obra	–	(48.810)
Materiais e serviços de concessão	–	(108.127)
Materiais	(1)	(2.165)
Gasto com pessoal	(28.696)	(14.112)
Depreciação e amortização	(296)	(359)
Despesas comerciais	(398)	(482)
Serviços de terceiros	(2.909)	(4.207)
Aluguéis	(87)	(96)
Despesa Tributária	(3.980)	(89)
Doações Instituto OPY	(981)	(937)
Outras	(107)	(156)
	(37.455)	(20.439)
Custo de serviço prestado	(2.246)	(1.398)
Despesas gerias e administrativas	(35.209)	(19.041)
	(22.248)	(20.777)

22. Outras receitas (despesas) operacionais: O valor das outras receitas e despesas operacionais apresentado na demonstração do resultado é composto como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/24	31/12/23
Amortização Mais Valia – concessão	(9.617)	(6.346)
Receita com Decisão Judicial Tributária (a)	–	97.908
Outras receitas e despesas, líquidas	19	(3.238)
	(9.598)	(9.584)

(a) Vide nota explicativa nº 7. **23. Resultado financeiro, líquido:** O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida e pode ser assim composto:

	Controladora	Consolidado
	31/12/24	31/12/23
Receitas financeiras	3.297	1.049
Atualização monetária de tributos a recuperar	952	–
Outras receitas financeiras (a)	6	157
	4.255	1.206

Despesas Financeiras

Juros sobre financiamentos	(25.097)	–
Juros sobre arrendamentos	–	–
PIS/COFINS sobre Receita Financeira (b)	(4.107)	–
Juros sobre debêntures conversíveis	–	(17.061)
Atualização monetária	–	–
Outras despesas financeiras	(115)	(158)
	(29.319)	(17.219)

Resultado financeiro, líquido

(a) Conforme notas explicativa nº 7, esta receita se refere a atualização monetária do tema. (b) Refere-se a PIS e COFINS calculados sobre recebimento de Juros sobre capital próprio. **24. IRPJ e CSLL:** A despesa de IRPJ e CSLL do período pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/24	31/12/23
Lucro antes do IRPJ e CSLL	157.752	57.932
Alíquota Nominal	34%	34%
Tributos calculados às alíquotas nominais	(53.636)	(19.697)
Ajustes para apuração dos tributos efetivos sobre o lucro:		
Equivalência patrimonial de controladas	74.339	32.464
Reconhecimento de crédito extemporâneo	–	24.499
Outras Adições / Exclusões, líquidas	(17.432)	(9.196)
	56.907	23.268
	3.271	3.271
Corrente	–	(29.479)
Diferido	3.271	21.632
	3.271	3.271
Alíquota efetiva	2,07%	5,56%

A Companhia não efetuou o registro do passivo fiscal diferido relacionado a compra vantajosa quando da aquisição das concessões junto a terceiros, valor este que será devido em caso de transação societária e/ou alienação dos ativos adquiridos. O não reconhecimento se deve, a intenção da Administração de manutenção dos investimentos para uso, de acordo com fatores que estão sob seu controle. **25. Resultado por ação:** Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuído aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. Os cálculos dos resultados por ação dos períodos de 31/12/2024 e 2023 podem ser assim demonstrados:

	Controladora	Consolidado
	31/12/24	31/12/23
Resultado por ação – diluído		
Numerador	161.023	61.203
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	595.960	187.471
Resultado por ação diluído (R\$)	0,27	0,33

Resultado por ação – básico

	Controladora	Consolidado
	31/12/24	31/12/23
Resultado por ação – básico		
Numerador	161.023	61.203
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações ordinárias	497.791	187.471
Resultado por ação básico (R\$)	0,32	0,33

Aprovação do Plano de Stock Options: Em 14/06/2021 a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o plano de Stock Options (outorga de ações) como

incentivo de longo prazo da Companhia. O plano prevê o direito de aquisição de opções que poderão ser outorgados no limite de até 5% (cinco por cento) do número de ações da Companhia para os participantes elegíveis, que tem participação deliberada pelo Conselho de Administração, sendo até o momento aprovado a participação do Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretora de Crescimento da Companhia. Com a conclusão das condições precedentes mencionadas na nota 18, os participantes do plano de Stock Options exerceram em 26/06/2024, as opções de ações detidas na sua totalidade, sendo no montante total de 4.301.942 ações pelo valor de R\$ 1,4962781, totalizando o R\$ 6.437, deste montante, R\$ 4.302 foram destinados para a formação de Capital Social da Companhia e R\$ 2.135 destinados a formação de Conta de Reserva de Capital. Até 31/12/2024, não há novos planos de stock Options aprovados pela administração. **26. Instrumentos financeiros:** A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia e suas controladas. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo:** O CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidênciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”) ao mensurar o valor justo de um passivo. CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “input” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “inputs” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “inputs” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “input” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3. A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31/12/2024. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
	Valor justo por meio do resultado	Valor Contábil
	meio do resultado	amortizado
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	18.126	–
Dividendos a receber	–	60.903
	18.126	60.903
Passivos financeiros:		
Fornecedores	–	332
Partes Relacionadas	–	38.017
	–	38.349

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
	Valor justo por meio do resultado	Valor Contábil
	meio do resultado	amortizado
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	44.965	–
Aplicações financeiras	3.710	–
Contas a receber	–	73.235
Ativo financeiro da concessão	–	770.931
	48.675	844.166
Passivos financeiros:		
Fornecedores	–	30.267
Operações confirming	–	24.038
Empréstimos e financiamentos	–	54.626
Debêntures	480.644	–
Partes Relcionadas	–	38.017
Arrendamentos	–	–
	480.644	628.542

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
	Valor justo por meio do resultado	Valor Contábil
	meio do resultado	amortizado
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	22.510	–
Dividendos a receber	–	14.595
	22.510	14.595
Passivos financeiros:		
Fornecedores	–	154
Dividendos a pagar	–	14.746
	–	14.746

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
	Valor justo por meio do resultado	Valor Contábil
	meio do resultado	amortizado
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	73.291	–
Aplicações financeiras	10.653	–
Contas a receber	–	89.318
Ativo financeiro da concessão	–	751.719
	83.944	841.037
Passivos financeiros:		
Fornecedores	–	19.512
Operações confirming	–	17.735
Empréstimos e financiamentos	–	192.438
Debêntures	–	67.298
Dividendos a pagar	–	14.746
	–	311.729

27. Gerenciamento de risco: Fatores de risco financeiro: A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) Risco de mercado; b) Risco de crédito; e c) Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas pela Administração. Administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **a) Risco de mercado** **Risco de taxa de juros Ativos:** A administração da Companhia considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principal indexador das operações de empréstimo da Companhia, é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos a ela. Como parte das dívidas captadas pela Companhia atualmente são indexadas ao CDI, consideramos como insignificante o impacto nas despesas financeiras de eventuais aumentos desse indexador devido a característica de seus empréstimos, e devido à queda da taxa básica de juros. **Análise de sensibilidade:** A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde: **Cenário atual:** refere-se ao cenário real em 31/12/2024. **Cenário base:** elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 16/10/2024, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e

continuação ▶

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

CEIP. **Cenários I, II, III e IV:** conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses. A tabela abaixo demonstra os indicadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

		Período até 31/12/2025					
Índexadores	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)

CDIVariação CDI0,10650,10650,053250,07990,13310,1598

TJLPVariação TJLP0,07430,07430,037150,05570,09290,1115

IPCAVariação IPCA0,04420,04420,022100,03320,05530,0663

SELICVariação SELIC0,10750,10750,053750,08060,13440,1613

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)

Aplicações financeiras de liquidez imediata

	Variação CDI	40.583	40.583	38.422	37.341	45.986	47.066
Efeito de ganho (perda)		40.583	40.583	38.422	37.341	45.986	47.066
				(2.161)	(3.242)	5.403	6.483

Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)

Passivos financeiros

Debitantes – OZN Health	Variação CDI	420.000	420.000	397.635	386.453	475.913	487.095
Debitantes – ONM Health	Variação IPCA	69.045	69.045	67.519	66.756	72.860	73.623
Financiamentos	Variação SELIC	54.626	54.626	51.690	50.221	61.966	63.434
Efeito de ganho (perda)		543.671	543.671	516.844	503.430	610.739	624.152
Efeito de ganho (perda), líquido		(26.827)	(40.241)	67.068	80.481	(28.988)	(43.482)

b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma das contrapartes em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Contas a receber:** A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas. Os valores a receber de clientes a vencer e vencidos estão demonstrados a seguir:

	31/12/24	31/12/23
Valores a Vencer	62.626	30.933
Vencidos		
De 1 a 180 dias	13	17.126
De 181 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	10.596	41.259
	73.235	89.318

c) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de decassoamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela Administração. A previsão de fluxo de caixa é realizada individualmente nas entidades operacionais da Companhia e consolidada através da gestão efetuada pela Administração. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia assegurando o uso do caixa de forma a suprir às necessidades operacionais, e extraordinárias. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais além do saldo exigido para administração do capital circulante, quando aplicável, é mantido em contas bancárias com incidência de juros, ou investido em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem. **28. Partes relacionadas - reapresentado:** A Companhia realizou operação

OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

S.A.

de Mútuo, no valor de R\$200.000 na data de 26/12/2024 à Mutuante (OZN Health SPE S.A.), corrigido a 100% (cem por cento) da taxa CDI, acrescida de 2% a.a. (dois por cento ao ano), a serem calculados a partir de janeiro de 2025, com vencimento em abril de 2033. A amortização ocorrerá conforme quadro abaixo:

Ano		Amortização (Principal + juros)	
2025		8,0%	
2026		8,0%	
2027		8,0%	
2028		10,0%	
2029		10,0%	
2030		10,0%	
2031		5,0%	
2032		5,0%	
2033		36,0%	
Total		100,0%	

Partes Relacionadas	Modalidade	Data da captação	Vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição atualizada em 2024
OZN Health SPE S.A.	Mútuo	26/12/24	01/04/33	100% CDI e 2% a.a.	200.000	200.000
Circulante						16.000
Não Circulante						184.000

O mútuo entre Companhia e a investida OZN Health será pago através de compensação de dividendos a serem distribuídos ao longo dos anos posteriores. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

Receita de Serviços Prestado

Relação	31/12/24	31/12/23
OZN Health SPE S.A.	8.166	6.918
ONM Health SPE S.A.	4.925	4.007
	13.091	10.925
	(1.866)	(1.557)

Custos dos serviços prestados

Relação	31/12/24	31/12/23
Contas a receber		
Pagamento de despesas iniciais (ODR Health SPE S.A.)		951
Juros sobre capital próprio		
OZN Health SPE S.A.	Investida	44.401
		44.401

Recebimento de Dividendos

Relação	31/12/24	31/12/23	
OZN Health SPE S.A.	Investida	201.713	9.000
OPY Serviços Hospitalares S.A.	Investida	2.500	1.500
ONM Health SPE S.A.	Investida	1.000	14.000
	205.213	24.500	

Remuneração pessoal chave da administração:

Remuneração do pessoal-chave da administração, por serviços prestados, refere-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e honorários.

	31/12/24	31/12/23
OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.	19.347	6.895
ONM Health S.A.	823	732
OPY Serviços Hospitalares S.A.	794	658
	20.964	8.285

29. Seguros: ONM Health S.A.:

A ONM Health S.A. mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratos estão demonstradas no quadro abaixo:

31/12/2024				
Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Axa Seguros S.A.	Risco Operacional	028522023001	dez/2024 a dez/2025	573.888
Axa Seguros S.A.	Resp. Civil	028522022001	dez/2024 a dez/2025	30.000
Junto Seguros S.A.	Seguro e Garantia	000000008922	mar/2024 a mar/2025	29.000

Garantias de execução do Contrato de Concessão pela concessionária:

A ONM mantém em favor do Poder Concedente garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e

obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro gerido pela ONM Health S.A. junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. As garantias é seguro de execução que é demandado pelo contrato de concessão (Cláusula 19, item 19.1 e 19.1.1.). Esses contratos são atualizados anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R\$29.000. **OZN Health SPE S.A.:** A OZN mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratos estão demonstradas no quadro abaixo:

31/12/2024				
Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Axa Seguros S.A.	Risco Operacional	0000006064	dez/2024 a dez/2025	571.103
Sompo Seguros	Resp. Civil	5100004603	Jun/2024 a Jun/2025	20.000
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	Seguro e Garantia	51750021272	mai/2024 a mai/2025	4.037

Garantias de execução do contrato de concessão pela concessionária:

A Companhia mantém em favor do Poder Concedente, garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital OZN Health SPE S.A. de Manaus, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-AM). As garantias serão atualizadas anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R\$4.037. **OPY Serviços Hospitalares S.A.:** A OPY Serviços mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre responsabilidade civil dos seus serviços prestados, apólice de seguro referentes aos riscos contratos está demonstrada no quadro abaixo:

31/12/2024				
Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Austral Seguradora S.A.	Resp. Civil	024612022000	nov/2024 a nov/2025	5.000

A controladora possui apólice de Responsabilidade para Administradores (D&O, Directors and Officers) com cobertura máxima de R\$40.000 emitida pela seguradora AIG. Essa apólice tem vigência de 20/02/2024 até 20/02/2025. **30. Eventos Subsequentes: ONM Health:** Até a data de emissão do relatório, o evento subsequente significativo da ONM refere-se a: **Obtensão de waiver:** Cumpridos os ritos previstos no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis da 319ª e 353ª Séries da 4ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização, lastreados em direitos creditórios imobiliários devidos pela ONM Health S.A., em 27/03/2025, foram obtidas as devidas autorizações para realização da redução de capital com condição precedente, da Companhia, sua controladora, e celebração de Contrato de Mútuo, com condição precedente, entre a OPY e a OZN Health S.A, parte relacionada, sem declaração de vencimento antecipado sujeito a pagamento de waiver fee no montante de 0,35% sobre o saldo devedor das debentures, valor pago em 31/03/2025. **OZN Health:** Até a data de emissão do relatório, o evento subsequente significativo da OZN refere-se a: Conforme nota explicativa nº5, a Administração vinha discutindo com a SES-AM através de protocolos e ofícios o recebimento das parcelas vencidas que estavam sendo tratadas junto a negociação de equilíbrio econômico dos contratos de concessão. Foram efetuadas a quitação de 3 parcelas em 2024 e o restante programada para o mês de janeiro de 2025. Os R\$ 10.558 remanescentes foram recebidos em 31/01/2025. Em 24/02/2025 foi aprovado em ato societário, o pagamento de juros sobre capital próprio à acionista da OZN no montante R\$19.000, nos termos do §2º do artigo 23º de seu Estatuto Social, valor esse referente a lucros auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31/12/2023 que foram pagos em 29/11/2024. **ODR Health:** Até a data de emissão do relatório, os eventos subsequentes significativos da ODR se referem a constituição do contrato de garantia entre o Estado do Governo de Tocantins e o Banco do Brasil, e posteriormente a emissão da Ordem de Início de Serviços da Etapa de Obras, o que determinam contratualmente a Data de Eficácia do Contrato de Concessão. **31. Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 24/04/2025.

DIRETORIA

Diretor Presidente: Mateus Renault

Diretor Financeiro: Rogério Bolzani Caldas

Contador Responsável: Ronney Donizete Fernandes - Contador - CRC - 1SP-286064/O-3

Aos Conselheiros, Acionistas, Diretores e Administradores da **OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. em 31/12/2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Chamamos atenção à nota explicativa nº 3.1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que divulga notas explicativas que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir correção de erros de divulgação descritas nas referidas notas explicativas. Em 17 de abril de 2025, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que ora estão sendo reapresentadas. Nosso novo relatório, que substitui o anterior, não contém qualquer modificação. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativos financeiros e receitas de parcerias público-privadas:** Por que é um PAA? Conforme mencionado nas notas explicativas nº 8 e nº 20 a Companhia e suas controladas apresentavam, no consolidado, receitas provenientes de parcerias público-privadas no montante de R\$ 414.274 mil e ativo financeiro no montante de R\$ 767.504 mil, respectivamente, em 31/12/2024. O ativo classificado como um ativo financeiro constitui direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção prestados. O reconhecimento dos ativos financeiros e receitas correspondentes no contexto das parcerias público-privadas possuem complexidades quanto à metodologia de cálculo (incluindo taxa de desconto e reajustes anuais) e alocação dos preços de transação entre receitas de operação, receitas de obra e remuneração sobre o ativo financeiro, bem como as atualizações dos cálculos trimestrais/anuais de acordo com a interpretação técnica IPCC 01 (R1). Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; e (ii) aos julgamentos realizados pela Diretoria na mensuração e no reconhecimento do ativo financeiro de acordo com a interpretação técnica IPCC 01 (R1), como determinação da taxa interna de retorno do contrato de concessão ("TIR"), alocação das receitas de construção, operações e de atualização do ativo financeiro, por exemplo. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados às atualizações dos ativos financeiros relacionados, bem como o correspondente reconhecimento das receitas de operação, receitas de obras e receitas financeiras desses contratos. ii) Leitura do contrato de concessão das controladas da Companhia, bem como recálculo da modelagem aplicável e os respectivos fluxos financeiros, à luz da interpretação técnica IPCC 01 (R1), com foco na determinação da taxa interna de retorno e dos percentuais de alocação entre receitas de construção, operações e atualização do ativo financeiro. iii) Execução de teste, em bases amostrais, para as movimentações ocorridas durante o exercício findo em 31/12/2024, com a inspeção das documentações-suporte aplicáveis, com o objetivo de assegurar a acuracidade de eventuais atualizações efetuadas na modelagem aplicável. iv) Avaliação da adequação das divulgações requeridas pela interpretação técnica IPCC 01 (R1) nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos o reconhecimento dos ativos financeiros e receitas correspondentes aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Interplayers Soluções Integradas S.A.

CNPJ/MF nº. 05.347.060/0001-07 - NIRE nº. 35.300.455.339
Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26/02/2025
Data, Hora e Local: Aos 26/02/2025, às 10h, realizada na sede social da Interplayers Soluções Integradas S.A., localizada na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, nº. 1.566, bairro Jurubatuba, ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como nos termos do artigo 13, Parágrafo Segundo, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: **Arnaldo José Lewis e Sá Filho**; Secretária: **Larissa Andrade de Melo**. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** **1. Receberam e aprovaram** a renúncia, nesta data, do Sr. **Carlos Alberto de Castro Dutra**, RG nº. 7.925.798-2 SESP/PR, CFE/ME nº 425.685.100-30, ao cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, para o qual foi eleito na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de março de 2023, cuja ata foi registrada perante a JUCESP, em sessão de 28/04/2023, sob o nº 161.662/23-7, com mandato de 2 anos, outorgando à Companhia a mais ampla, plena, geral, irrevogável e irretirável quitação, por todo o período de gestão, para nada mais reclamar da Companhia a qualquer tempo ou título, conforme termo de renúncia recebido e arquivado na sede da Companhia. **2. Aprovaram** a eleição do Sr. **Rodrigo de Melo Galesi**, RG nº. 27.639.647-9 SSP/SP, CPF/MF nº. 177.566.168-71, para o cargo de **Diretor Presidente**, com mandato unificado de 2 anos, conforme Termo de Posse arquivado na sede da Companhia. **3. Aprovaram** a reeleição dos demais membros da Diretoria da Companhia, abaixo qualificados, para mandato unificado de 2 anos, a contar desta data: **(a) Gustavo Marini Rodrigues**, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº. 01791316772, inscrito no CPF/MF nº. 302.623.688-89, com endereço comercial na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, nº. 1.566, bairro Jurubatuba, para o cargo de **Diretor Financeiro** da Companhia; **(b) Oscar Teixeira Basto Junior**, RG nº. 4157391 SSP/PE, CPF/MF nº. 666.433.174-87, na Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, nº. 1.566, bairro Jurubatuba, CEP 04696-000, para o cargo de **Diretor sem Designação Específica**, conforme Termo de Posse arquivado na sede da Companhia. **3.1.** Em virtude da eleição do Sr. **Rodrigo de Melo Galesi** e reeleição dos demais diretores, a Diretoria da Companhia passará a ser composta por: (i) **Rodrigo de Melo Galesi**, como Diretor Presidente, (ii) **Gustavo Marini Rodrigues**, como Diretor Financeiro e (iii) **Oscar Teixeira Basto Junior**, como Diretor Sem Designação Específica. **4. Receberam e aprovaram** a renúncia, nesta data, do Sr. **Natalino Barioni Junior**, portador da Cédula de Identidade nº 4.863.189, CPF/MF nº 192.672.318-04, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, nº. 1.566, bairro Jurubatuba, ao cargo de **Membro do Comitê de Auditoria da Companhia**, para o qual foi eleito na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de maio de 2023, cuja ata foi registrada perante a JUCESP, em sessão de 19 de junho de 2023, sob o nº 247.750/23-2, com mandato unificado 2 anos, outorgando à Companhia a mais ampla, plena, geral, irrevogável e irretirável quitação, por todo o período de gestão, para nada mais reclamar da Companhia a qualquer tempo ou título, conforme termo de renúncia recebido e arquivado na sede da Companhia; **5.5. Aprovaram** a eleição do Sr. **Carlos Alberto de Castro Dutra**, qualificado acima, para o cargo de **Membro do Comitê de Auditoria da Companhia**, para mandato unificado de 2 anos, a contar desta data, ou até a primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2026, o que ocorrer primeiro, conforme Termo de Posse arquivado na sede da Companhia; **6. Aprovaram**, nesta data, a reeleição dos membros do **Comitê de Auditoria da Companhia:** **(a) Paulo César Domingues Chagas**, brasileiro, casado, auditor certificado pela CVM, portador da cédula de identidade nº 12.979.874, inscrito no CPF/MF sob o nº 036.403.698-23, com endereço comercial na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, nº. 1.566, bairro Jurubatuba, para o cargo de **Coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia**; e **(b) José Carlos Penteado Masagão**, RG nº. 3.123.487 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº. 019.091.698-20. **6.1.** Em virtude da eleição do Sr. **Carlos Alberto de Castro Dutra** e reeleição dos demais membros do Comitê de Auditoria, o referido Comitê da Companhia passará a ser composto por: (i) **Paulo César Domingues Chagas**, como coordenador, (ii) **José Carlos Penteado Masagão** e (iii) **Carlos Alberto de Castro Dutra**. **7. Aprovaram** a alteração do endereço da sede da matriz da Companhia, passando da Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, nº. 1.566, bairro Jurubatuba, cidade de São Paulo/SP, para a Avenida Dr. Churci Zaidan, nº 246, 17º e 24º andares, Unidades 171 e 241 (parte), Vila Cordeiro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04583-110. Em vista da deliberação, os conselheiros determinaram, por unanimidade, alterar a redação do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 2º - A Companhia tem sede na Avenida Dr. Churci Zaidan, nº 246, 17º e 24º andares, Unidades 171 e 241 (parte), Vila Cordeiro, cidade de São Paulo/SP; 7.1. Aprovaram** a alteração do endereço das filiais, conforme elencadas abaixo: (a) Filial registrada sob o nº de CNPJ 05.347.060/0006-03 e registrada perante a JUCESP nº NIRE 35.903.184.353, com sede na Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, nº. 1.566, bairro Jurubatuba, cidade de São Paulo/SP para a Avenida Dr. Churci Zaidan, nº 246, 17º e 24º andares, Unidades 171 e 241 (parte), Vila Cordeiro, cidade de São Paulo/SP; e (b) Filial registrada sob o nº de CNPJ 05.347.060/0007-94 e registrada perante a JUCESP nº NIRE 35.904.698.318, com sede na Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, nº. 1.566, Bloco B Parte, bairro Jurubatuba, cidade de São Paulo/SP para a Avenida Dr. Churci Zaidan, nº 246, 17º e 24º andares, Unidades 171 e 241 (parte), Vila Cordeiro, cidade de São Paulo/SP; **8.** Autorizar os membros da diretoria da Companhia a adotar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações tomadas nesta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, deu por encerrados os trabalhos dos quais se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme, foi aprovada, e assinada por todos os conselheiros presentes. **Assinaturas:** Presidente da Mesa – **Arnaldo José Lewis e Sá Filho**; Secretária da Mesa – **Larissa Andrade de Melo**; Conselheiros Presentes - **Arnaldo José Lewis e Sá Filho**, **José Carlos Penteado Masagão**, **Piero Lara Rosatelli**; **Luis Augusto Lobão Mendes**, **Bárbara Alvim Raymundo**, **Fernando Guerino Cascardo** e **Ana Paula Zamper**. São Paulo, 26/02/2025. **Conselheiros Presentes:** **Arnaldo José Lewis e Sá Filho**; **José Carlos Penteado Masagão**; **Piero Lara Rosatelli**; **Luis Augusto Lobão Mendes**; **Bárbara Alvim Raymundo**; **Fernando Guerino Cascardo**; **Ana Paula Giuntini Zampe**. Jucesp nº 114.624/25-2 em 31/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral.

Dock Soluções em Meios de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 08.744.817/0001-86 - NIRE 35.300.546.105
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de abril de 2025
Data, Hora e Local: No dia 01 de abril de 2025, às 10:00 horas, na sede social da Dock Soluções em Meios de Pagamento S.A., situada na Av. Tamboré, nº 267, 26º andar, conjunto 261-A, sala 01-A, Edifício Canopus Corporate Alphaville, Alphaville, CEP 06460-000, no Município de Barueri, Estado de São Paulo ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do Art. 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.s"). **Mesa:** Presidente: **Marcelo Prudêncio Jacques**; e Secretário: **Duilio de Oliveira Beneduzzi**. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (I) a eleição de novo membro da Diretoria para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia; (II) a reeleição da composição da Diretoria da Companhia, bem como o remanejamento de seus membros e ratificação de seus respectivos mandatos. **Deliberações:** Os acionistas examinaram e discutiram as matérias constantes da ordem do dia e por unanimidade: **(I) Eleição de Membro da Diretoria.** Eleger o Sr. **Fabiano de Jesus Rustice**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 21672814, inscrito no CPF sob o nº 275.493.268-27, domiciliado no Município de Barueri, Estado de São Paulo, à Avenida Tamboré, nº 267, 27º andar, conjunto 271-A, Sala 2, Edifício Canopus Corporate, Alphaville, CEP 06460-000, para o cargo de **Diretor sem designação específica**, para mandato de 02 (dois) anos contados de sua posse, o qual vigorará até sua recondução ou posse de seu substituto na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2027. O Sr. **Fabiano de Jesus Rustice** acima qualificado, ora eleito para mandato que vigorará até sua recondução ou a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027, declara e garante que atende às condições de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76, bem como aceita sua respectiva nomeação, declara ter conhecimento do artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e, consequentemente, não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer as atividades mercantis, conforme disposto no Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento acostado à presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária sob a forma de Anexo I. **(II) Rerratificação da Diretoria.** Em razão da eleição deliberada, ratificar a vigência dos mandatos de todos os membros da Diretoria, os quais permanecem devidamente empossados e no exercício de suas atribuições nos termos a seguir previstos: **a. Antônio Carlos Soares Junior**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 9.436.053, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 093.016.138-67, como Diretor Presidente; **b. Diogo Frenkel**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 107660417, expedida pelo IFRJ, inscrito no CPF sob o nº 080.588.167-01, como Diretor Financeiro, **c. Henrique Antônio Casagrande Dias de Almeida**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 1544234, expedida pela SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº 086.507.457-76, como Diretor de Operações, **d. Marcelo Prudêncio Jacques**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 2263652, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob nº 012.324.191-09, como Diretor de Estratégia. **e. Fabiano de Jesus Rustice**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 21672814, inscrito no CPF sob o nº 275.493.268-27, como Diretor sem designação específica. Todos os acima indicados com domicílio à Avenida Tamboré, 267, 26º andar, conjunto 261-A, sala 01-A, do Edifício Canopus Corporate Alphaville, Alphaville, CEP 06460-000, Barueri/SP. **Encerramento:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: **Marcelo Prudêncio Jacques** – Presidente; e **Duilio de Oliveira Beneduzzi** – Secretário. **Acionistas Presentes:** **Antônio Carlos Soares Junior** e **Dock Tecnologia S.A.** Barueri/SP, 01 de abril de 2025. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. A presente ata foi assinada mediante assinatura eletrônica realizada por meio da plataforma online "D4sign" ou similar, de modo que os presentes declaram e reconhecem a validade, para todos os fins, da assinatura eletrônica da presente ata, a qual, uma vez assinada digitalmente, produzirá todos os seus efeitos de direito, ficando convencionado que a data de assinatura será aquela da efetiva realização da presente Assembleia Geral Extraordinária. **Mesa:** **Marcelo Prudêncio Jacques** – Presidente; **Duilio de Oliveira Beneduzzi** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 133.380/25-7 em 15/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Alpavi Investimentos e Participações S/A

CNPJ/MF nº 10.879.189/0001-98					
Relatório da Administração					
Senhores acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, vimos com satisfação submeter à consideração de V. Sas as Demonstrações Contábeis referentes o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2024, da empresa Alpavi Investimentos e Participações S/A. Agradecemos a colaboração recebida e continuamos ao inteiro dispor de V.Sas, em nossa sede social, para quaisquer esclarecimentos relativos às contas prestadas. São Paulo, 31 de dezembro de 2024. A Administração.					
Balança Patrimonial findo em 31 de dezembro 2024 e 2023 (Valores expressos em reais)			Demonstração de Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro 2024 e 2023 (Valores expressos em reais)		
Ativo	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	(reapresentado)	(reapresentado)	Circulante	(reapresentado)	(reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	71	260	Não-circulante		
	71	260	Partes Relacionadas (*)	51.758.083	63.069.422
Não Circulante				51.758.083	45.080.883
Adiantamento de			Patrimônio Líquido		
Dividendos	40.939.151	52.252.690	Capital social	2.692.314	2.692.314
Investimentos em			Reserva de avaliação		
coligadas	121.677.943	90.734.965	patrimonial	104.178.697	79.006.336
	162.617.093	142.987.654	Lucros acumulados	3.988.071	(1.780.158)
Total do Ativo	162.617.164	131.073.591		110.859.082	79.918.492
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	162.617.164	142.987.914
1. A sociedade tem por objetivo: o investimento e participação em empreendimentos imobiliários próprios e/ou terceiros, construção por conta própria, compra e venda de imóveis próprios, locação de imóveis e participação no capital de outras sociedades. 2. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. 3. O saldo de adiantamento de dividendos está substancialmente representado por contas a receber de: R\$ 28.769.150,54 – Victor Malzoni Junior, R\$ 7.440.000,00 – Alvaro Domingos Malzoni e R\$ 3.730.000,00 – Paulo Agnelo Malzoni Filho. 4. O saldo de partes relacionadas está substancialmente representado por contas a pagar de: R\$ 51.758.082,83 – Maragopipe Invest. E Participações Ltda. (*) Para o exercício encerrado no ano de 2023, onde foi divulgado, na publicação do dia 26 de junho de 2024 e ata de aprovação de contas, datada de 11 de julho de 2024, na rubrica					
			de "Dividendos a pagar", leia-se "Partes relacionadas", conforme nota explicativa número 4 desta publicação. 5. O capital social subscrito e integralizado é representado por 2.692.314 ações, no valor de R\$ 1,00 cada uma.		
			Paulo Agnelo Malzoni – Diretor Rogério Gonçalves Contador CRC 1SP 201.412/O-7		

Maragopipe Holding S/A

CNPJ/MF nº 10.879.183/0001-10					
Relatório da Administração					
Senhores acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, vimos com satisfação submeter à consideração de V. Sas as Demonstrações Contábeis referentes o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2024, da empresa Maragopipe Holding S/A. Agradecemos a colaboração recebida e continuamos ao inteiro dispor de V.Sas, em nossa sede social, para quaisquer esclarecimentos relativos às contas prestadas. São Paulo, 31 de dezembro de 2024. A Administração.					
Balança Patrimonial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em reais)			Demonstração de Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em reais)		
Ativo	2024	2023	Passivo	2024	2023
Circulante			Não Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	201	374	Partes Relacionadas	87.799.874	70.476.761
	201	374		87.799.874	70.476.761
Não Circulante			Patrimônio Líquido		
Adiantamento de			Capital social	6.310.959	6.310.959
Dividendos	53.663.356	36.342.443	Reserva de avaliação		
Impostos a Recuperar	1.486	1.485	patrimonial	244.373.657	185.326.443
Investimentos	285.462.140	212.878.696	Lucros Acumulados	642.692	(12.891.164)
	339.126.982	249.222.624		251.327.308	178.746.238
Total do Ativo	339.127.182	249.222.998	Total do passivo e patrimônio líquido	339.127.182	249.222.998
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis			11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. 3. O saldo de adiantamento de dividendos do ativo está substancialmente representado por: R\$ 47.875.118,03 – Paulo Agnelo Malzoni R\$ 5.788.237,85 – Victor Malzoni Junior. 4. O saldo de partes relacionadas do passivo está substancialmente		
1. A sociedade tem por objetivo: o investimento e participação em empreendimentos imobiliários próprios e/ou terceiros, construção por conta própria, compra e venda de imóveis próprios e locação de imóveis. 2. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº			Receita Operacional Bruta – – Receita Operacional Líquida – – Despesas administrativas (1.320) (207) Equivalência patrimonial 13.536.230 19.279.961 Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Impostos 13.534.910 19.279.755 Despesas financeiras (1.054) (1.059) Lucro antes dos Impostos 13.533.856 19.278.695 IRPJ e contribuição social Resultado Liq. do Período 13.533.856 19.278.695		
			representado por contas a pagar de R\$ 87.799.874,00 – Maragopipe Inv. E Part. Ltda. 5. O capital social subscrito e integralizado é representado por 6.310.959 ações, no valor de R\$ 1,00 cada uma totalizando o montante de R\$ 6.310.959,00.		
			Paulo Agnelo Malzoni – Diretor Rogério Gonçalves – Contador CRC 1SP 201412/O-7		

G.P.A Empreendimentos e Participações RR S.A.

G.P.A Empreendimentos e Participações RR S.A.					
CNPJ nº 29.044.163/0001-58					
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2024 à 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.					
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 (Valores expressos em milhares de Reais)					
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024					
Ativo	2024	2023	Passivo + PL	2024	2023
Circulante	522.2.398.236		Circulante	6.788.3.163.322	
Caixa e equivalentes de caixa	522	500	Impostos e contribuições	1.024	214
Contas a receber	-	2.397.736	Contas a pagar	5.764	3.163.108
Não circulante	5.556.414.3.533.074		Não circulante	5.328.694	
Realizável a longo prazo	3.951.956	-	Contas a pagar	5.328.694	-
Investimentos	1.604.458	3.533.074	Patrimônio líquido	221.454.2.767.987	
Intangível	-	-	Capital social	1.498.860	1.498.860
			Resultados acumulados	(1.277.406)	1.269.127
Total do ativo	5.556.936.5.931.309		Total do passivo + PL	5.556.936.5.931.309	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
			2024	2023	
(-) Custos operacionais			(40.666)	(41.011)	
Resultado operacional bruto			(40.666)	(41.011)	
(+/-) Receitas/despesas operacionais;			(183.948)	335.564	
Resultado operacional antes do resultado financeiro			(224.614)	294.553	
Receitas financeiras			-	1	
(-) Despesas financeiras			(2.225)	(1.841)	
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL			(226.839)	292.713	
(-) IRPJ e CSLL			-	-	
Resultado líquido do exercício			(226.839)	292.713	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital social	Ajustes de Exerc. Ant.	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	1.498.860	-	976.414	-	2.475.274
Lucro do exercício	-	-	292.713	-	292.713
Saldos em 31/12/2023	1.498.860	-	1.269.127	-	2.767.987
Ajuste de exercícios anteriores	-	(2.319.694)	-	-	(2.319.694)
Lucro do exercício	-	-	(226.839)	-	(226.839)
Saldos em 31/12/2024	1.498.860	(2.319.694)	1.042.288	-	221.454
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO					
	2024	2023			
Total dos fluxos de caixa das atividades operacionais	(85.167)	(673.723)			
Total dos fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	1.497.360			
Total dos fluxos de caixa das atividades de financiamentos	85.189	(823.647)			
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	22	(10)			
Caixa e equivalente de caixa no início do período	522	523			
Caixa e equivalente de caixa no final do período	500	513			
Variação das contas caixa/bancos/equivalentes	(22)	(10)			
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) Do Contexto: A G.P.A Empreendimentos e Participações RR S.A. , sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários com início de atividades em 10/11/2017. 2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Paulo, 31/12/2024.					
DIRETORIA: Anderson Paulo Bella da Silva - Diretor Presidente Vania Lima da Silva - Vice-Presidente; Assis Martins Moreira - CRC 1SP259100/O-4					

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2025

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Clemenza Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 49.520.157/0001-37					
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2024 à 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.					
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 (Valores expressos em milhares de Reais)					
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024					
Ativo	2024	2023	Passivo + patrimônio líquido	2024	2023
Circulante	527	150	Circulante	-	206
Caixa e equivalentes de caixa	527	150	Contas a pagar	-	206
Não circulante	53	-	Não circulante	95.182	-
Realizável a longo prazo	53	-	Contas a pagar	95.182	-
			Patrimônio líquido	(94.602)	(56)
			Capital social	150	150
			Prejuízos acumulados	(94.752)	(206)
Total do ativo	580	150	Total do passivo + PL	580	150
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
	2024	2023			
Resultado operacional bruto	(93.977)	-			
(+/-) Receitas/despesas operacionais:	(213)	-			
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(94.190)	-			
(-) Despesas financeiras	(356)	-			
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	(94.546)	-			
(-) IRPJ e CSLL	-	-			
Resultado líquido do exercício	(94.546)	-			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	150	-	-	(206)	(56)
Saldos em 31/12/2023	150	-	-	(206)	(56)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(94.546)	(94.546)
Saldos em 31/12/2024	150	-	-	(94.752)	(94.602)
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO					
	2024	2023			
Total dos fluxos de caixa das atividades operacionais	(94.752)	-			
Total dos fluxos de caixa das atividades de investimentos	(53)	-			
Total dos fluxos de caixa das atividades de financiamentos	95.182	150			
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	377	150			
Caixa e equivalente de caixa no início do período	150	-			
Caixa e equivalente de caixa no final do período	527	150			
Variação das contas caixa/bancos/equivalentes	377	150			
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) Do Contexto: Clemenza Empreendimentos e Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Holdings de instituições não-financeiras com início de atividades em 08/02/2023. 2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31/12/2024.					
DIRETORIA: Patricia Aparecida Formigoni Avamileno - Diretora Presidente; Assis Martins Moreira - CRC 1SP259100/O-4					

UBUS Tecnologia S.A.

CNPJ nº 29.320.965/0001-43					
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2024 à 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.					
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 (Valores expressos em milhares de Reais)					
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024					
Ativo	2024	2023	Passivo + PL	2024	2023
Circulante	65.398	20.039	Circulante	125.685	7.283.507
Caixa e equivalentes de caixa	45.248	13.479	Impostos e contribuições	6.934	6.189
Contas a receber	20.150	6.560	Contas a pagar	118.751	7.277.318
Não circulante	14.841	31.546	Não circulante	7.153.276	-
Imobilizado	4.587	6.547	Contas a pagar	7.153.276	-
Intangível	10.254	24.999	Patrimônio líquido	(7.198.722)	(7.231.922)
			Capital social	1.500	1.500
			Prejuízos acumulados	(7.200.222)	(7.233.422)
Total do ativo	80.239	51.585	Total do passivo + PL	80.239	51.585
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
	2024	2023			
Receita operacional líquida	242.829	149.583			
(-) Custos operacionais	(174.631)	(200.718)			
Resultado operacional bruto	68.198	(51.135)			
(+/-) Receitas/despesas operacionais:	(12.000)	(12.000)			
Resultado operacional antes do resultado financeiro	56.198	(63.135)			
Receitas financeiras	-	38			
(-) Despesas financeiras	(3.232)	(73.097)			
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	52.966	(136.194)			
(-) IRPJ e CSLL	(19.766)	(12.186)			
Resultado líquido do exercício	33.200	(148.380)			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	1.500	-	-	(7.085.042)	(7.083.542)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(148.380)	(148.380)
Saldos em 31/12/2023	1.500	-	-	(7.233.422)	(7.231.922)
Prejuízo do exercício	-	-	-	33.200	33.200
Saldos em 31/12/2024	1.500	-	-	(7.200.222)	(7.198.722)
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO					
	2024	2023			
Total dos fluxos de caixa das atividades operacionais	31.769	38.915			
Total dos fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-			
Total dos fluxos de caixa das atividades de financiamentos	-	(46.968)			
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	31.769	(8.053)			
Caixa e equivalente de caixa no início do período	13.479	21.532			
Caixa e equivalente de caixa no final do período	45.248	13.479			
Variação das contas caixa/bancos/equivalentes	31.769	(8.053)			
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) Do Contexto: A Ubus Tecnologia S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários com início de atividades em 26/12/2017. 2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31 de Dezembro de 2024.					
DIRETORIA: Jose Romano Netto - Diretor Presidente;					
Anderson Paulo Bella da Silva - Vice-Presidente; Assis Martins Moreira - CRC 1SP259100/O-4					

Sintel Tecnologia e Informação S.A.

CNPJ nº 58.048.000/0001-41 – NIRE 35.300.459.750									
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/03/2025									
1. Data, Hora e Local: Aos 19 dias, do mês de março de 2025 às 10:00 horas, em sua sede social, na cidade de São Caetano do Sul, na Rua Manoel Coelho, nº 676, salas 905 a 908, Centro, CEP 09510-101.									
2. Convocação: Dispensada a publicação do Edital de Convocação, em conformidade com o disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76.									
3. Presença: Acionistas presentes representando a totalidade do Capital Social.									
4. Mesa: Presidida por Carlos Wagner dos Santos e Secretariada por José Antônio Costardi dos Santos.									
5. Ordem do Dia Extraordinária: (a) eleição dos membros da diretoria. 6. Deliberações Extraordinárias: (a) Ficam reeleitos, para preencher os cargos de diretores da Companhia, os Srs. Carlos Wagner dos Santos, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade R.G. nº 6.182.839 SSP/SP, CPF nº 934.405.298-00; José Antônio Costardi dos Santos, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade R.G. nº 5.921.900-2 SSP-SP, CPF nº 934.403.758-20, ambos com endereço comercial na cidade de São Paulo, na Rua do Paraíso, 595, 10º andar, Paraíso, CEP 04103-001. Os Diretores ora eleitos ficam investidos e tomam posse por meio da assinatura de termo lavrado e assinado no "Livro de Assembleias Gerais". Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão (a) impedidos de exercer a administração da companhia por lei especial, ou (b) condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão ou peculato, ou por crime contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos. As declarações de desimpedimento encontram-se arquivadas na sede da companhia. Os membros da Diretoria ora eleitos e empossados terão mandato de 3 (três) anos. 7. Encerramento: Nada mais havendo tratar, foi lavrada a presente ata na forma de sumário, que foi por todos os presentes lida, aprovada e assinada, ficando autorizada a sua publicação com omissão das assinaturas dos presentes (artigo 130, §2º, da Lei nº 6.404/76). Acionistas: Carlos Wagner dos Santos e José Antônio Costardi dos Santos. "A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio". São Paulo, 19 de março de 2025. Carlos Wagner dos Santos, Presidente. JUCESP nº 117.537/25-1 em 07/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.									

Green Energy S.A.

CNPJ nº 56.986.740/0001-01					
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2024 à 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.					
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 (Valores expressos em milhares de Reais)					
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024					
Ativo	2024	2023	Passivo + patrimônio líquido	2024	2023
Circulante	1.000	-	Não circulante	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	1.000	-	Patrimônio líquido	1.000	-
Não circulante	-	-	Capital social	1.000	-
Total do ativo	1.000	-	Total do passivo + PL	1.000	-
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
(NÃO HOUVE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 31/12/2024 E 2023)					
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	1.000	-	-	-	1.000
Saldos em 31/12/2024	1.000	-	-	-	1.000
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO					
				2024	2023
Total dos fluxos de caixa das atividades operacionais				-	-
Total dos fluxos de caixa das atividades de investimentos				-	-
Total dos fluxos de caixa das atividades de financiamentos				1.000	-
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa				1.000	-
Caixa e equivalente de caixa no início do período				-	-
Caixa e equivalente de caixa no final do período				1.000	-
Variação das contas caixa/bancos/equivalentes				1.000	-
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) Do Contexto: Green Energy S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Locação de Automóveis sem condutor com início de atividades em 22/08/2024. 2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31 de Dezembro de 2024.					
DIRETORIA: Edinaldo da Silva Carvalho - Diretor Presidente; Assis Martins Moreira - CRC 1SP259100/O-4					

REC SS Bandeirantes Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 29.639.947/0001-29 - NIRE 35.300.513.461
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2025
1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **REC SS Bandeirantes Empreendimentos S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Bandeirantes, nº 2.722, Planalto Paulista, CEP 04553-003 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(a)** a absorção dos prejuízos acumulados nos exercícios sociais anteriores, por meio de redução de capital da Companhia; **(b)** a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e **(c)** a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos: **5.1.** Aprovar a redução de capital social da Companhia, nos termos dos artigos 12 e 173 da Lei 6.404/76, mediante a absorção do saldo do prejuízo acumulado no montante de R\$ 598.606,00 (quinhentos e noventa e oito mil, seiscentos e seis reais), conforme balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 (Anexo I). Portanto, o capital social da Companhia passa **de R\$ 39.430.600,00** (trinta e nove milhões, quatrocentos e trinta mil e seiscentos reais), dividido em 39.430.600 (trinta e nove milhões, quatrocentos e trinta mil e seiscentos) ações, **para R\$ 38.831.994,00** (trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e um mil, novecentos e noventa e quatro reais) dividido em 38.831.994 (trinta e oito milhões, oitocentas e trinta e uma mil, novecentas e noventa e quatro) ações, mediante o cancelamento de 598.606 (quinhentos e noventa e oito mil, seiscentas e seis) ações, no valor correspondente à R\$ 598.606,00 (quinhentos e noventa e oito mil, seiscentos e seis reais) de propriedade dos acionistas na proporção de suas participações: **(i)** ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia**, no montante total de R\$ 598.127,00 (quinhentos e noventa e oito mil, cento e vinte e sete reais); e **(ii)** ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro** no montante total de R\$ 479,00 (quatrocentos e setenta e nove reais). **5.2.** Ato contínuo, por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, **de R\$ 38.831.994,00** (trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e um mil, novecentos e noventa e quatro reais) dividido em 38.831.994 (trinta e oito milhões, oitocentas e trinta e uma mil, novecentas e noventa e quatro) ações, sendo a redução, portanto, **de R\$ 647.420,00** (seiscentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e vinte reais), mediante o cancelamento de 647.420 (seiscentas e quarenta e sete mil, quatrocentas e vinte) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: **(i)** ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia**, no montante total de R\$ 646.902,00 (seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e dois reais); e **(ii)** ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro** no montante total de R\$ 518,00 (quinhentos e dezoito reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia **passará a ser de R\$ 38.184.574,00** (trinta e oito milhões, cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro reais) dividido em 38.184.574 (trinta e oito milhões, cento e oitenta e quatro mil, quinhentas e setenta e quatro) ações, sendo a redução, portanto, **de R\$ 38.184.574,00** (trinta e oito milhões, cento e oitenta e quatro mil, quinhentas e setenta e quatro reais) dividido em 38.184.574 (trinta e oito milhões, cento e oitenta e quatro mil, quinhentas e setenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; **(ii)** ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro** no montante total de R\$ 518,00 (quinhentos e dezoito reais). **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. **Mesa:** Thiago Augusto Cordeiro - presidente; e Fernando Hamaoui - secretário. **Acionistas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2025. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio.

1 Sendo 38.154.581 (trinta e oito milhões, cento e cinquenta e quatro mil, quinhentas e oitenta e uma) ações ordinárias de titularidade do acionista Evergreen Fundo de Investimentos em Participações - Multiestratégia, todas integralizadas em moeda corrente nacional; e, 29.993 (vinte e nove mil, novecentas e noventa e três) ações de titularidade do acionista Thiago Augusto Cordeiro, todas totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, sendo 29.983 (vinte e nove mil, novecentos e oitenta e três) ações ordinárias e 10 (dez) ações preferenciais.

REC SS Ibirapuera Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 31.131.761/0001-06 - NIRE 35.300.519.566
Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de março de 2025
1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **REC SS Ibirapuera Empreendimentos S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Jundiá, nº 101, Paraíso, CEP: 04001-140 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(a)** a absorção dos prejuízos acumulados nos exercícios sociais anteriores, por meio de redução de capital da Companhia; e **(b)** a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos: **5.1.** Aprovar a redução de capital social da Companhia, nos termos dos artigos 12 e 173 da Lei 6.404/76, mediante a absorção do saldo do prejuízo acumulado no montante de R\$ 1.907.383,00 (um milhão, novecentos e sete mil, trezentos e oitenta e três reais), conforme balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 (Anexo I). Portanto, o capital social da Companhia passa **de R\$ 30.221.080,00** (trinta milhões, duzentos e vinte e um mil, oitenta reais) dividido em 30.221.080 (trinta milhões, duzentos e vinte e uma mil, oitenta) ações, **para R\$ 28.313.697,00** (vinte e oito milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e noventa e sete reais) dividido em 28.313.697 (vinte e oito milhões, trezentos e treze mil, seiscentas e noventa e sete) ações, mediante o cancelamento de 1.907.383 (um milhão, novecentas e sete mil, trezentas e oitenta e três) ações, no valor correspondente à R\$ 1.907.383,00 (um milhão, novecentos e sete mil, trezentos e oitenta e três reais) de propriedade dos acionistas na proporção de suas participações: **(i)** ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia**, no montante total de R\$ 1.906.238,00 (um milhão, novecentos e seis mil, duzentos e trinta e oito reais); e **(ii)** ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro** no montante total de R\$ 1.145,00 (um mil, cento e quarenta e cinco reais). **5.2.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia **passará a ser de R\$ 28.313.697,00** (vinte e oito milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e noventa e sete reais) dividido em 28.313.697 (vinte e oito milhões, trezentos e treze mil, seiscentas e noventa e sete) ações das seguintes espécies e classes: **28.313.687** (vinte e oito milhões, trezentas e treze mil, seiscentas e noventa e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e **(ii)** 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 28.313.697,00 (vinte e oito milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e noventa e sete reais) dividido em 28.313.697 (vinte e oito milhões, trezentas e treze mil, seiscentas e noventa e sete) ações das seguintes espécies e classes: 28.313.687 (vinte e oito milhões, trezentas e treze mil, seiscentas e noventa e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na formado art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária."** **5.3.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. **Mesa:** Thiago Augusto Cordeiro - presidente; e Fernando Hamaoui - secretário. **Acionistas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2025. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio.

1 Sendo 27.296.591 (vinte e sete milhões, duzentos e noventa e seis mil, quinhentos e noventa e uma) ações ordinárias de titularidade do acionista Evergreen Fundo de Investimentos em Participações - Multiestratégia, todas integralizadas em moeda corrente nacional; 17.105 (dezessete mil, cento e cinco) ações de titularidade do acionista Thiago Augusto Cordeiro, todas totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, sendo 17.095 (dezessete mil e noventa e cinco) ações ordinárias e 10 (dez) ações preferenciais.

REC SS Berrini Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 27.522.533/0001-90 - NIRE 35300503279
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2025
1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **REC SS Berrini Empreendimentos S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Nova Independência, nº 124/126, Brooklin Paulista, CEP 04570-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(a)** a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e **(b)** a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos: **5.1.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 24.966.458,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais), dividido em 24.966.458 (vinte e quatro milhões, novecentas e sessenta e seis mil, quatrocentas e cinquenta e oito) ações, para R\$ 24.632.131,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e trinta e dois mil, cento e trinta e um reais) dividido em 24.632.131 (vinte e quatro milhões, seiscentas e trinta e duas mil, cento e trinta e uma) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 334.327,00 (trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e vinte e sete reais), mediante o cancelamento de 334.327 (trezentas e trinta e quatro mil, trezentas e vinte e sete) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: **(i)** ao acionista Evergreen Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, no montante total de R\$ 333.826,00 (trezentos e trinta e três mil, oitocentos e vinte e seis reais); e **(ii)** ao acionista Thiago Augusto Cordeiro no montante total de R\$ 501,00 (quinhentos e um reais). **5.2.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 24.632.131,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e trinta e dois mil, cento e trinta e um reais) dividido em 24.632.131 (vinte e quatro milhões, seiscentas e trinta e duas mil, cento e trinta e uma) ações das seguintes espécies e classes: **24.632.121** (vinte e quatro milhões, seiscentas e trinta e duas mil, cento e vinte e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e **(ii)** 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 24.632.131,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e trinta e dois mil, cento e trinta e um reais) dividido em 24.632.131 (vinte e quatro milhões, seiscentas e trinta e duas mil, cento e trinta e uma) ações das seguintes espécies e classes: 24.632.121 (vinte e quatro milhões, seiscentas e trinta e duas mil, cento e vinte e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal."** **5.3.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. **Mesa:** Thiago Augusto Cordeiro - presidente; e Fernando Hamaoui - secretário. **Acionistas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2025. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio.

1 Sendo 24.594.492 (vinte e quatro milhões, quinhentas e noventa e quatro mil, quatrocentas e noventa e duas) ações ordinárias de titularidade do acionista Evergreen Fundo de Investimentos em Participações - Multiestratégia, todas integralizadas em moeda corrente nacional; 37.639 (trinta e sete mil, seiscentas e trinta e nove) ações de titularidade do acionista Thiago Augusto Cordeiro, todas totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, sendo 37.629 (trinta e sete mil, seiscentas e vinte e nove) ações ordinárias e 10 (dez) ações preferenciais

REC SS Higienópolis Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 31.109.404/0001-41 - NIRE 35.300.519.469
Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de março de 2025
1. Data, Local e Hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **REC SS Higienópolis Empreendimentos S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Marechal Deodoro, nº 174, Santa Cecília, São Paulo/SP 01150-010 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(a)** a absorção dos prejuízos acumulados nos exercícios sociais anteriores, por meio de redução de capital da Companhia; **(b)** a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e **(c)** a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos: **5.1.** Aprovar a redução de capital social da Companhia, nos termos dos artigos 12 e 173 da Lei 6.404/76, mediante a absorção do saldo do prejuízo acumulado no montante de R\$ 370.913,00 (trezentos e setenta mil, novecentos e treze reais), conforme balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 (Anexo I). Portanto, o capital social da Companhia passa **de R\$ 39.226.845,00** (trinta e nove milhões, duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), dividido em 39.226.845 (trinta e nove milhões, duzentas e vinte e seis mil, oitocentas e quarenta e cinco) ações, **para R\$ 38.855.932,00** (trinta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e trinta e duas) ações, mediante o cancelamento de 370.913 (trezentas e setenta mil, novecentas e treze) ações, no valor correspondente à R\$ 370.913,00 (trezentos e setenta mil, novecentos e treze reais) de propriedade dos acionistas na proporção de suas participações que cada acionista detém na Companhia: **(i)** ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia**, no montante total de R\$ 370.542,00 (trezentos e setenta mil, quinhentos e quarenta e dois reais); e **(ii)** ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro** no montante total de R\$ 371,00 (trezentos e setenta e um reais). **5.2.** Ato contínuo, por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, **de R\$ 38.855.932,00** (trinta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e trinta e duas) ações, **para R\$ 37.298.115,00** (trinta e sete milhões, duzentos e noventa e oito mil, cento e quinze reais) dividido em 37.298.115 (trinta e sete milhões, duzentas e noventa e oito mil, cento e quinze) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 1.557.817,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e dezessete reais), mediante o cancelamento de 1.557.817 (um milhão, quinhentas e cinquenta e sete mil, oitocentas e dezessete) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: **(i)** ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia**, no montante total de R\$ 1.556.259,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e nove reais); e **(ii)** ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro** no montante total de R\$ 1.558,00 (um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais). **5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia **passará a ser de R\$ 37.298.115,00** (trinta e sete milhões, duzentos e noventa e oito mil, cento e quinze reais) dividido em 37.298.115 (trinta e sete milhões, duzentas e noventa e oito mil, cento e quinze) ações das seguintes espécies e classes: **37.298.105** (trinta e sete milhões, duzentas e noventa e oito mil, cento e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e **(ii)** 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 37.298.115,00 (trinta e sete milhões, duzentos e noventa e oito mil, cento e quinze reais) dividido em 37.298.115 (trinta e sete milhões, duzentas e noventa e oito mil, cento e quinze) ações das seguintes espécies e classes: 37.298.105 (trinta e sete milhões, duzentas e noventa e oito mil, cento e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na formado art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária."** **5.4.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. **Mesa:** Thiago Augusto Cordeiro - presidente; e Fernando Hamaoui - secretário. **Acionistas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2025. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio.

1 Sendo 37.259.433 (trinta e sete milhões, duzentas e cinquenta e nove mil, quatrocentas e trinta e três) ações ordinárias de titularidade do acionista Evergreen Fundo de Investimentos em Participações - Multiestratégia, todas integralizadas em moeda corrente nacional; 38.681 (trinta e oito mil, seiscentos e oitenta e uma) ações de titularidade do acionista Thiago Augusto Cordeiro, todas totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, sendo 38.671 (trinta e oito mil, seiscentos e setenta e uma) ações ordinárias e 10 (dez) ações preferenciais.

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**





REC SS Lapa Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 23.199.556/0001-54 - NIRE 35.300.484.126

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2025

Data, local e hora: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **REC SA** **Laurea Empreendimentos S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Luiz Gatti, nº 603, Água Branca, CEP: 05038-150 ("Companhia"). **2. Convocação e presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamauai. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre **(a)** retificação e ratificação da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de outubro de 2024, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 2.874/25-8, em 09 de janeiro de 2025 ("AGE 11/10"); **(b)** a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir a deliberação mencionada no item (a); **(c)** a redução do capital social da Companhia por ter sido considerado excessivo; e **(d)** a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Retificar o item 5.2, 5.3 e Artigo 5º da deliberação da AGE 11/10 que por um lapso ocorreu erroneamente o valor do capital social da Companhia em razão da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2024, em fase de registro, que deliberou aumento do capital social: **Onse se lê: "5.2. Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 490.955.000 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e noventa mil, novecentos e cinquenta e cinco reais), dividido em 49.490.955,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e noventa mil, novecentos e cinquenta e cinco) ações, para R\$ 48.604.676,00 (quarenta e oito milhões, seiscentos e quatro mil, seiscentos e setenta e seis) reais, dividido em 48.604.676 (quarenta e oito milhões, seiscentas e quatro mil, seiscentas e setenta e seis) ações, sendo, a redução, portanto, de R\$ 886.279,00 (oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e nove) ações ordinárias, mediante o cancelamento de 886.279 (oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e nove) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcional às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, no montante total de R\$ 882.734,00 (oitocentos e oitenta e dois mil, setecentos e trinta e quatro reais) e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro**, no montante total de R\$ 3.545,00 (três mil, quinhentos e quatrocentos e cinco reais). 5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 48.604.676,00 (quarenta e oito milhões, seiscentos e quatro mil, seiscentos e setenta e seis) reais, dividido em 48.604.676 (quarenta e oito milhões, seiscentas e quatro mil, seiscentas e setenta e seis) ações das seguintes espécies e classes: 48.604.666 (quarenta e oito milhões, seiscentas e quatro mil, seiscentas e setenta e seis) ações das seguintes espécies e classes: 48.604.666 (quarenta e oito milhões, seiscentas e quatro mil, seiscentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 48.604.676,00 (quarenta e oito milhões, seiscentos e quatro mil, seiscentos e setenta e seis) reais, dividido em 48.604.676 (quarenta e oito milhões, seiscentas e quatro mil, seiscentas e setenta e seis) ações das seguintes espécies e classes: 48.604.666 (quarenta e oito milhões, seiscentas e quatro mil, seiscentas e setenta e seis) ações das seguintes espécies e classes: 48.604.666 (quarenta e oito milhões, seiscentas e quatro mil, seiscentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. **"Considera-se a seguinte redação: "5.2. Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, de R\$ 491.521.955,00 (quarenta e nove milhões, quinhentas e vinte e um mil, novecentos e cinquenta e cinco reais), dividido em 49.152.195,00 (quarenta e nove milhões, quinhentas e vinte e um mil, il, novecentos e cinquenta e cinco) ações, para R\$ 48.635.676,00 (quarenta e oito milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e seis) reais, dividido em 48.635.676 (quarenta e oito milhões, seiscentas e trinta e cinco mil, seiscentas e setenta e seis) ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 886.279,00 (oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e nove) ações ordinárias, mediante o cancelamento de 886.279 (oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e nove) ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcional às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, no montante total de R\$ 882.734,00 (oitocentos e oitenta e dois mil, setecentos e trinta e quatro reais) e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro**, no montante total de R\$ 3.545,00 (três mil, quinhentos e quatrocentos e cinco reais). 5.3.** Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 48.635.676,00 (quarenta e oito milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e seis) reais, dividido em 48.635.676 (quarenta e oito milhões, seiscentas e trinta e cinco mil, seiscentas e setenta e seis) ações das seguintes espécies e classes: 48.635.666 (quarenta e oito milhões, seiscentas e trinta e cinco mil, seiscentas e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 48.635.676,00 (quarenta e oito milhões, seiscentas e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e seis) reais, dividido em 48.635.676 (quarenta e oito milhões, seiscentas e trinta e cinco mil, seiscentas e setenta e seis) ações das seguintes espécies e classes: 48.635.666 (quarenta e oito milhões, seiscentas e trinta e cinco mil, seiscentas e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. **"5.2. De forma a refletir a (i) retificação do item 5.2, 5.3 e Artigo 5º da deliberação da AGE 11/10 deliberada no item 5.1. acima e (ii) a correção do erro de consolidação do Artigo 5º cometido na Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de março de 2025, em fase de registro, na qual constou de forma equivocada o capital social da Companhia de R\$ 48.604.676,00 (quarenta e oito milhões, seiscentos e quatro mil, seiscentos e setenta e seis) reais, dividido em 48.604.676,00 (quarenta e oito milhões, seiscentos e quatro mil, seiscentos e setenta e seis) ações das seguintes espécies e classes: 48.604.666 (quarenta e oito milhões, seiscentas e quatro mil, seiscentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, quando o correto seria R\$ 48.635.676,00 (quarenta e oito milhões, seiscentas e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e seis) reais, dividido em 48.635.676 (quarenta e oito milhões, seiscentas e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e seis) ações das seguintes espécies e classes: 48.635.666 (quarenta e oito milhões, seiscentas e trinta e cinco mil, seiscentas e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, aprovou a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social (permanecendo inalterados os seus parágrafos), que passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e em bens, é de R\$ 48.635.676,00 (quarenta e oito milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e seis) reais, dividido em 48.635.676 (quarenta e oito milhões, seiscentas e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e seis) ações das seguintes espécies e classes: 48.635.666 (quarenta e oito milhões, seiscentas e trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 48.608.400,00 (quarenta e seis milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos e quarenta) ações das seguintes espécies e classes: 48.608.400 (quarenta e seis milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos e quarenta) ações das seguintes espécies e classes: 48.608.400 (quarenta e seis milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 48.608.400,00 (quarenta e seis milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos e quarenta) ações das seguintes espécies e classes: 48.608.400 (quarenta e seis milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos e quarenta) ações das seguintes espécies e classes: 48.608.400 (quarenta e seis milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e (ii) 10 (dez) ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. **"1.5.** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. **Mesa:** Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamauai – secretário. **Acionistas presentes:** Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamauai e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28 de março de 2025. Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio.**

1 Sendo 46.620.065 (quarente e seis milhões, seiscentas e vinte mil, sessenta e cinco) ações ordinárias de titularidade do acionista Evergreen Fundo de Investimentos em Participações – Multiestratégia, todas integralizadas em moeda corrente nacional; 188.375 (cento e oitenta e oito mil, trezentas e setenta e cinco) ações de titularidade do acionista Thiago Augusto Cordeiro, todas totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, sendo 188.365 (cento e oitenta e oito mil, trezentas e sessenta e cinco) ações ordinárias e 10 (dez) ações preferenciais

— Martins & Gagliotti —
Procedimentos Cirúrgicos S.A.

CNPJ/MF nº 26.173.513/0001-98 - NIRE 35300509412

CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, de forma simultaneamente presencial e virtual. A reunião presencial ocorrerá no escritório de advocacia contratado pela Martins & Gagliotti Procedimentos Cirúrgicos S.A., na Av. Ordem e Progresso, 15 sala 908, 9º andar, Barra Funda, São Paulo/SP, às 16h00 em 1ª convocação e às 16h30 em 2ª convocação. O acesso virtual à Assembleia será realizado por meio do seguinte link para videconferência: 1ª Convocação – 16h00 – <https://meet.google.com/rdu-ouos-gz2> 2ª Convocação – 16h30 – <https://meet.google.com/hme-oum-sm>

Ordem do Dia: 1. Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023; 2. Tomar as contas da Administração referentes ao exercício social de 2023; e 3. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Conforme comunicado, neste ato, ratificamos que se acham à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76, os quais serão publicadas na forma eletrônica (digital), conforme previsto no 294 da Lei nº 6.404/76.

Martins & Gagliotti Procedimentos Cirúrgicos S.A. (24, 25 e 26/04/2025)

REC SS Moema Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 34.546.071/0001-06 - NIRE 35.300.545.982

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de março de 2025

[illegible]

1 Sendo 26.663.615 (vinte e três milhões, seiscentas e sessenta e três mil, seiscentas e quinze) ações ordinárias de titularidade do acionista Evergreen Fundo de Investimentos em Participações – Multiestratégia, todas integralizadas em moeda corrente nacional; 71.444 (setenta e uma mil, quatrocentas e quarenta e quatro) ações de titularidade do acionista Thiago Augusto Cordeiro, todas totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, sendo 71.434 (setenta e uma mil, quatrocentas e trinta e quatro) ações ordinárias e 10 (dez) ações preferenciais.

Carbon Fomento Mercantil Ltda.

CNPJ/ME nº 50.706.504/0001-08 - NIRE 35.261.357.017

Instrumento Particular de 4ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade Anônima

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA DE CARBON FOMENTO MERCANTIL LTDA.

O presente Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Sociedade por Ação de tipo Jurídico de Sociedade Empresarial Limitada, de 4ª Alteração, da Carbon Fomento Mercantil Ltda. (doravante denominada **S.A.**, sociedade anônima fechada), com sede social localizada no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Copacabana, nº 268, g, 2311, Dotozito do Forte Empresarial Alphaville, CEP 06472-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 56.860.965/000170, com seu ato constitutivo devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE nº 35.300.644.638, neste ato representada nos termos de seu estatuto social vigente, sócia quotista representando a totalidade do capital social da pessoa jurídica denominada **Carbon Fomento Mercantil Ltda.**, sociedade empresarial limitada, com sua sede social localizada no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Calçada das Margaridas, nº 163, sala 02, Centro Comercial Alphaville, CEP 06453-038, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 50.706.504/0001-08, com seu ato constitutivo devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE nº 35.261.357.017 (**"Sociedade"**), resolve, na melhor forma de direito, alterar e consequentemente transformar o tipo jurídico da Sociedade, o qual passará de Sociedade Empresarial Limitada para Sociedade Anônima de Capital Fechado, nos termos do artigo 1.113 e seguintes da Lei Federal nº 11.046, de 10 de janeiro de 2002 (**"Código Civil"**), conforme segue: **1.1.1.** a sócia quotista HMF Participações S.A., supra qualificada, titular de 50.000 (cinquenta mil) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor nominal de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), rede e transfere, como de fato cedeu e transferido tem, 1 (uma) quota social, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) de sua participação societária detida no capital social da Sociedade que corresponde à **Maxsuel da Silveira Rodrigues**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, advogado, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) sob o nº: 02910578986 Detran/AM, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº: 749.632.792.163, com domicílio profissional no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Calçada das Margaridas, nº 163, sala 02, Centro Comercial Alphaville, CEP 06453-038. **1.2** A cedente e o cessionário outorgam-se mutuamente e à Sociedade, a mais ampla, geral e irrestrita quitação pelas quotas sociais ora cedidas, para nada reclamarem entre si, a qualquer título e pretexto. Não obstante, HMF Participações S.A., declara, para todos os fins de direito, que as quotas objeto das cessões mencionadas no item 1.1 supra (i) encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, e (ii) são celebradas em caráter irrevogável e irretirável, o admitindo arrendimento. **2.1.** Aprovaram os acionistas a transformação do tipo jurídico da Sociedade em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes do Código Civil. **3.1.** Aprovaram os acionistas a conversão da totalidade das 50.000 (cinquenta mil) quotas sociais, totalmente integralizadas, representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, cada, em 50.000 (cinquenta mil) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, as quais são emitidas pela Sociedade e subscritas em sua integralidade pelos acionistas, conforme Boletim de Subscrição anexo ao presente instrumento na forma de **Anexo 1**. **4.1.** Aprovaram os acionistas a alteração do nome empresarial da Sociedade, que passará a girar sob a denominação social de **"Carbon Companhia Securitizadora de Créditos"**, bem como esclarecer, ainda, que a Sociedade passará a ser designada simplesmente como **"Companhia"** e permanecerá com a mesma escrituração, atendidas as exigências fiscais e contábeis, e continuará, sem nenhuma interrupção, com todos os seus negócios sociais. **4.2.** Aprovaram os acionistas a alteração do objeto social da Sociedade, de modo que passe a executar somente as atividades de (i) Securitização de créditos (CNAE: 64921-0/0) e (ii) Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente (CNAE: 64999-9/99). **5.1.** Aprovaram os acionistas a forma de representação da Companhia, que será administrada por uma Diretoria composta por 1 (um) Diretor, denominado Diretor Presidente, eleito pela Assembleia Geral, acionista ou não, residente no país, com prazo de mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição conforme segue, **Maxsuel da Silveira Rodrigues**, supra qualificado, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia; **5.2.** O membro da Diretoria ora eleito assina neste ato o respectivo Termo de Posse, que integra o presente instrumento na forma do **Anexo 1**, o qual será lavrado no correspondente Livro de Registro de Atas das Reuniões de Diretoria da Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias seguintes a esta nomeação, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do Artigo 149 da LSA. Os acionistas neste ato estabelecem que o valor da remuneração global anual da Diretoria da Companhia será fixado em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente. **6.1.** Em decorrência das deliberações acima, resolvem os acionistas aprovarem o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, nos termos deste instrumento. **7.1.** Por fim, observando-se os preceitos do Parágrafo Único do artigo 220 da LSA, e assinam o presente instrumento de alteração contratual em 3 (três) vias de igual teor e forma. Barueri, 19 de novembro de 2024. **Acionistas:**

Maxsuel da Silveira Rodrigues e HMF Participações S.A. Diretor: Maxsuel da Silveira Rodrigues. Visto do Advogado: Pablo Nunes Pal Singh Nair, OAB/SP nº. 372.320. JUCESP/NIRE nº 3530065291-6. JUCESP nº 434.745/24-8 em 05/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

**Radaz Indústria e Comércio
de Produtos Eletrônicos S.A.**

CNPJ nº 26.800.308/0001-05 - NIRE 35300582349

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Radaz Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos S.A.** ("**Companhia**") para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 09 de maio de 2025, às 10 horas, na sede social da Companhia localizada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Av. Shishima Hifumi, nº 2911, sala 107, Urbanova, CEP 12.244-000, com a finalidade de deliberar sobre (i) a abertura de nova filial da Companhia na cidade de São José dos Campos, no Estado de São Paulo; (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a autorização para que a diretoria e os representantes legais da Companhia pratiquem todos e quaisquer atos necessários ao fiel cumprimento das deliberações ora tomadas. São José dos Campos/SP, 24 de abril de 2025. **Norivaldo Corrêa Filho**, Presidente do Conselho de Administração.

(24, 25 e 28/04/2025)



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Companhia AIX de Participações									
CNPJ/MF nº 04.430.599/0001-54									
Relatório da Diretoria									
Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação da V.Sas. os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Relativos ao exercício findo em 31/12/2024 e 2023. Colocamo-nos ao interior dispor para os esclarecimento julgados necessários. São Paulo, 25 de abril de 2025. A Diretoria.									
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expressos em milhares de reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expressos em milhares de reais)					
Ativo circulante	31/12/2024	31/12/2023		Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Caixa e equivalentes de caixa	34.665	28.544		18.967	95	127	-	-	19.189
Contas a receber	7.145	9.743		-	-	-	246	-	246
Partes relacionadas	2.691	2.779		-	-	-	(12)	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	944	274		-	12	-	(176)	-	-
Seguros a vencer	326	407		-	-	176	(176)	-	-
Outros ativos	3	30		-	-	-	(58)	-	(58)
Total do ativo circulante	45.774	41.777		-	-	-	-	-	-
Ativo não circulante				18.967	107	303	-	-	19.377
Depósitos judiciais	2.467	5.957		-	-	-	(1.648)	-	(1.648)
Seguros a vencer	-	291		-	(107)	-	107	-	-
Imobilizado	1.585	2.058		-	-	(303)	303	-	-
Intangível	8	13		-	-	-	1.238	(1.238)	-
Total do ativo não circulante	4.060	8.319		-	-	-	-	(1.238)	17.729
Total do ativo	49.834	50.096							
Passivo circulante	31/12/2024	31/12/2023		Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)			31/12/2024 31/12/2023		
Fornecedores	4.969	4.995					Provisão para contingências	2.208	2.354
Obrigações trabalhistas	306	1.063					Provisão para pagamento de bônus	133	968
Impostos e contribuições a recolher	415	500					(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Dividendos a pagar	-	100					Contas a receber e partes relacionadas	2.686	(3.414)
Total do passivo circulante	5.690	6.658					Resgate de depósito judicial	3.415	
Passivo não circulante							Impostos a recuperar	(670)	162
Bônus a pagar	2.660	2.527					Seguros a vencer	372	(555)
Provisão para contingências	20.067	17.859					Outros ativos	27	6
Provisão para honorários advocatícios	3.688	3.675					Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Total passivo não circulante	26.415	24.061					Fornecedores	(26)	(4.660)
Patrimônio líquido							Impostos e contribuições a recolher e obrigações trabalhistas	(842)	(545)
Capital social	18.967	18.967					Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios	(100)	-
Reserva legal	-	107					Caixa proveniente das atividades operacionais		
Reserva de lucros	-	303					Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6.558	(3.959)
Prejuízos Acumulados	(1.238)	-					Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício	(337)	(1.423)
Total do patrimônio líquido	17.729	19.377					Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Total do passivo e patrimônio líquido	49.834	50.096					Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras				Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)			Fluxos de caixa das atividades de investimento		
1. Informações Gerais - A Companhia tem por objetivo social a participação no Consórcio Refibra, na qualidade de líder, bem como outras atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração comercial de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas, nos termos constantes do contrato de constituição e outras avenças. 2. Base de preparação - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. 3. Capital social - O capital subscrito e dividido em 298,562.966 ações ordinárias, nominativas, sem emissão de certificados e sem valor nominal, sendo 50% pertencentes à Telecomunicações de São Paulo S.A. ("Vivo") e 50% à Telemar Norte Leste S.A. ("Oi").							Adições de imobilizado e intangível	(100)	-
							Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
							Aumento de caixa e equivalentes de caixa	6.121	(5.382)
							Caixa e equivalentes de		
							caixa no início do exercício	28.544	33.926
							Caixa e equivalentes de		
							caixa no fim do exercício	34.665	28.544
							Aumento de caixa e equivalentes de caixa	6.121	(5.382)
							Contador(a): Brenda Gomes Rodrigues Figueiredo - CRC: 1SP 292.215/O-5		

Conecta Médico S.A.									
CNPJ/MF nº 34.053.593/0001-76 - NIRE 35.300.572.335									
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de Fevereiro de 2025									
1. Data, Hora e Local: Aos 28 de fevereiro de 2025, às 10h, realizada na sede social da Conecta Médico S.A. , situada na Rua Henri Dunant, nº 873, 19º andar, sala 1901, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04.709-111 ("Companhia"). 2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo sido considerada como realizada, em decorrência da presença da única acionista, representando a totalidade das ações com direito à voto da Companhia, conforme assinatura aposta no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. 3. Mesa: Presidente: Sr. Arnaldo José Lewis e Sá Filho ; Secretária: Sra. Larissa Andrade de Melo . 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) alteração do endereço de sede da Companhia; e (ii) a autorização para realização e implementação das deliberações tomadas, pela administração da Companhia. 5. Deliberações: Após exame e discussão das matérias descritas na ordem do dia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, a acionista da Companhia deliberou o quanto segue: 5.1. Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia, passando da Rua Henri Dunant, nº 873, 19º andar, sala 1901, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04.709-111, para a Avenida Dr. Chucuri Zaidan, nº 246, 17º e 24º andares, Unidades 171 e 241 (parte), Vila Cordeiro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04583-110. Em vista da deliberação, a única acionista aprovou alterar a redação do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: " Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Chucuri Zaidan, nº 246, 17º e 24º andares, Unidades 171 e 241 (parte) Vila Cordeiro, CEP 04583-110. A Companhia poderá, mediante deliberação da Assembleia Geral, abrir e extinguir filiais, sucursais, agências ou escritórios em qualquer ponto do território nacional ou no exterior." 5.2. Autorizar a administração da Companhia a tomar todos os atos necessários para a realização e implementação das deliberações tomadas. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata em forma de sumário, conforme unanimemente autorizado pela acionista, que, depois de lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos presentes. São Paulo, 28 de fevereiro de 2025. Mesa: Arnaldo José Lewis e Sá Filho - Presidente; Larissa Andrade de Melo - Secretária. Acionistas Presentes: Interplayers Soluções Integradas S.A. - por Rodrigo de Melo Galesi; por Gustavo Marini Rodrigues. Jucesp nº 115.499/25-8 em 01/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral.									

Tendência Empreendimentos e Participações S.A.					
CNPJ nº 10.626.464/0001-61					
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores acionistas: Submetemos à V.Sas., as Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31/12/2024 e 2023, A Diretoria está a inteira disposição dos acionistas para quaisquer informações que julgarem necessárias. São Paulo, 31/01/2025.					
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais)					
BALANÇOS PATRIMONIAIS					
Ativo	2024	2023	Passivo	2024	2023
Circulante	83,23	19.901,31	Circulante	11,12	10,51
Caixa e bancos	0,20	–	Impostos e contribuições a recolher	11,12	10,51
Impostos a recuperar	83,03	63,43			
Valores a receber	–	19.837,88	Não circulante	9.301.833,36	9.237.149,87
Não circulante	2.253.414,74	2.255.448,26	Empréstimos e financiamentos	1.657.397,00	1.656.325,00
Depósitos interposição recursos	–	759,91	Empréstimos de coligadas	7.644.436,36	7.580.824,87
Outros créditos	2.253.412,74	2.254.686,35	Patrimônio líquido	(7.048.346,51)	(6.961.810,81)
Participações societárias	1,00	1,00	Capital social	2.976.722,46	2.976.722,46
Outros investimentos	1,00	1,00	Ações em tesouraria	277,54	277,54
			Prejuízos acumulados	(10.025.346,51)	(9.938.810,81)
Total do ativo	2.253.497,97	2.275.349,57	Total do passivo	2.253.497,97	2.275.349,57
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
Descrição	2024	2023	Descrição	2024	2023
Despesas e receitas operacionais	(86.535,70)	(424.736,00)	Resultado do exercício	(86.535,70)	(424.736,00)
Resultado de equivalência patrimonial	(63.611,49)	(423.052,06)	Lucro líquido do período	(86.535,70)	(424.736,00)
Despesas administrativas	(22.439,77)	(1.025,92)	Quantidade de ações	16.090.182	16.090.182
Receitas (despesas) financeiras	(484,44)	(658,02)	Lucro (prejuízo) líquido por ação	(0,0054)	(0,0264)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Eventos	Capital Realizado	Ações em Tesouraria	Prejuízos Acumulados	Totais (R\$)	
Saldos iniciais em 01.01.2023	2.976.722,46	277,54	(9.514.074,81)	6.537.074,81	
Prejuízo do exercício	–	–	(424.736,00)	(424.736,00)	
Destinações:					
Saldos finais em 31.12.2023	2.976.722,46	277,54	(9.938.810,81)	(6.961.810,81)	
Prejuízo do exercício	–	–	(86.535,70)	(86.535,70)	
Destinações:					
Saldos finais em 31.12.2024	2.976.722,46	277,54	(10.025.346,51)	(7.048.346,51)	
Josef Kryss - Diretor João Alberto C. Fonseca dos Santos - Diretor Antonio Martins Lima - Diretor Manuel de Jesus Santos - Contador - 1SP295890/O-6					

Ibitu Energia S.A.									
CNPJ/FM nº 31.908.280/0001-64 - NIRE 35.300.527.291									
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/02/2025, às 12h00 – Errata									
Referente à publicação da "Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/02/2025, às 12h00 – Errata", publicada neste Jornal, Data Mercantil, em 23 de abril de 2025, em fls. 21 na edição digital e em fls. 11 na edição impressa: Onde se lê: "Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a aprovação da redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 535.000.000,00 por jugá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, com o respectivo cancelamento de 535.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia" Leia-se: "Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a aprovação da redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 607.801.356,00 por jugá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, com o respectivo cancelamento de 607.801.356 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia". Onde se lê: "Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, passando dos atuais R\$ 1.608.917.852,25, para R\$ 1.073.917.852,25, uma redução de capital, portanto, de R\$ 535.000.000,00, com o cancelamento de 535.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de redução de R\$ 1,00 cada" Leia-se: "Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, passando dos atuais R\$ 1.608.917.852,25, para R\$ 1.001.116.496,25, uma redução de capital, portanto, de R\$ 607.801.356,00, com o cancelamento de 607.801.356 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de redução de R\$ 1,00 cada" Onde se lê: "Consignar que a quantia total da redução de Capital da Companhia, no montante R\$ 535.000.000,00, será restituída ao Acionista da Companhia, em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária." Leia-se: "Consignar que a quantia total da redução de Capital da Companhia, no montante R\$ 607.801.356,00, será restituída ao Acionista da Companhia, em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária." Onde se lê: "Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.1 acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a redução de capital e o cancelamento de ações, que passa a vigorar seguinte redação: "Artigo 5º. O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.073.917.852,25, dividido em 1.073.917.852 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." "Leia-se: Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.1 acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a redução de capital e o cancelamento de ações, que passa a vigorar seguinte redação: "Artigo 5º. O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.001.116.496,25, dividido em 1.001.116.496 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." A presente errata não altera a natureza da operação deliberada , tampouco prejudica eventuais direitos de terceiros, uma vez que permite redução de capital em valor a menor do que o previsto, preservando integralmente os interesses dos credores.									

Thomas Edison Participações S.A.									
CNPJ nº 10.626.464/0001-61									
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores acionistas: Submetemos à V.Sas., as Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31/12/2024 e 2023, A Diretoria está a inteira disposição dos acionistas para quaisquer informações que julgarem necessárias. São Paulo, 31/01/2025.									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS									
Ativo	2024	2023	Passivo	2024	2023				
Circulante	113.937,07	115.654,10	Circulante	875,31	6.742,18				
Caixa e bancos	472,05	1.086,89	Obrigações fiscais	875,31	1.683,30				
Aplicações financeiras	108.667,81	109.967,95	Não circulante	-	5.058,88				
Outros créditos	4.797,21	4.599,26	Credores diversos	-	5.058,88				
Não circulante	70.241,00	70.241,00	Patrimônio líquido	183.302,76	179.152,92				
Contas a receber	70.241,00	70.241,00	Capital social	18.800.000,00	18.800.000,00				
			Prejuízos acumulados	(18.616.697,24)	(18.620.847,08)				
Total do ativo	184.178,07	185.895,10	Total do passivo	184.178,07	185.895,10				
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Descrição	2024	2023	Descrição	2024	2023				
Despesas e receitas operacionais	4.987,79	2.046,06	Provisão para CSL e IRPJ	(837,95)	(1.640,50)				
Despesas administrativas	(3.712,81)	(1.535,73)	Lucro (prejuízo) do período	4.149,84	8.023,53				
Receitas (despesas) financeiras	8.700,60	11.199,76	Quantidade de ações	18.800.000	18.800.000				
Resultado do exercício	4.987,79	9.664,03	Lucro (prejuízo) líquido por ação	0,0002	0,0004				
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Totais						
Saldos iniciais em 01.01.2023	18.800.000,00	(18.628.870,61)	171.129,39						
Resultado líquido do exercício	-	8.023,53	8.023,53						
Destinações:									
Saldo final em 31.12.2023	18.800.000,00	(18.620.847,08)	179.152,92						
Resultado líquido do exercício	-	4.149,84	4.149,84						
Destinações:									
Saldo final em 31.12.2024	18.800.000,00	(18.616.697,24)	183.302,76						
Josef Kryss - Diretor Antonio Martins Lima - Diretor									
Manuel de Jesus Santos - Contador - CRC 1SP295890/0-6									

Real Estate Duo 001		
Guarujá Adm. de Bens Proprios S.A.		
CNPJ(MF) nº 23.568.433/0001-43		
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		
(Valores expressos em milhares de Reais)		
BALANÇOS PATRIMONIAIS		
	31/12/23	31/12/22
Ativo	2	1.345
Ativo circulante	1	41
Títulos e valores mobiliários	1	41
Cotas de fundos de investimentos	1	1.304
Outros créditos	1	-
Créditos tributários	-	1.304
Diversos	14.340	14.578
Ativo não circulante	1.670	-
Outros créditos	1.670	-
Diversos	12.670	14.578
Imobilizado de uso	13.348	13.348
Imóveis	6.866	6.866
Outros bens do imob de uso	(7.544)	(5.636)
(Depreciações acumuladas)	14.342	15.923
Total do ativo		
Passivo		
Passivo circulante	406	1.371
Outras obrigações	406	1.371
Impostos e contribuições sobre salários	13	17
Demais impostos e contribuições a recolher	5	4
Provisões para pagamentos a efetuar	62	83
Diversos	326	1.267
Passivo não circulante	1.287	-
Outras obrigações	1.287	-
Diversos	1.287	-
Patrimônio líquido	12.649	14.552
Capital:	20.186	20.186
De domiciliados no país	20.186	20.186
Lucros / (prejuízos) acumulados	(7.537)	(5.634)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	12.649	14.552
Total do passivo e patrimônio líquido	14.342	15.923
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
	31/12/23	31/12/22
Despesas/receitas operacionais	(1.911)	(1.907)
Despesas gerais e administrativas	(1.896)	(1.907)
Outras despesas administrativas	(1.896)	-
Despesas de depreciação e amortização	-	(1.907)
Outras despesas operacionais	(15)	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(1.911)	(1.907)
Resultado financeiro	8	1
Receitas financeiras	8	1
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	6	-
Rendas de títulos e valores mobiliários	2	1
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(1.903)	(1.906)
Prejuízo do exercício	(1.903)	(1.906)
Nº de ações	20.185.920	20.185.920
Lucro (prejuízo) por ação:	(0,09)	(0,09)
A DIRETORIA: Reinaldo Dantas - Contador CRC-1SP 110330/O-6		

Dock Tecnologia S.A.	
CNPJ/MF nº 03.645.772/0001-79 - NIRE 35.300.191.234	
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de abril de 2025	
Data, Hora e Local: em 01 de abril de 2025, às 11:30 horas, na sede social da Dock Tecnologia S.A., na Avenida Tamboré, 267, Torre Sul, Edifício Canopus Corporate Alphaville, 27º andar, conjunto 271-A - Alphaville, Barueri/SP, CEP 06460-000 ("Companhia"). Convocação: dispensada nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. Mesa: Presidente: Diogo Frenkel; Secretário: Duilio de Oliveira Beneduzzi. Ordem do dia: Deliberar sobre (i) a alteração dos itens do Parágrafo Único do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia em razão do encerramento das seguintes filiais da Companhia: (a) João Pessoa/PB, à Avenida Rio Grande do Sul, nº 1345, 11º andar, Sala 1107, Caixa Postal nº 007, Ed. Evolution Center, Bairro dos Estados, CEP: 58030-020, CNPJ nº 03.645.772/0005-00, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o NIRE 25999017471 ("Filial João Pessoa"); (b) Barueri/SP, à Avenida Tamboré, 267, Torre Sul, Edifício Canopus Corporate Alphaville, 26º andar, conjunto 261A, Sala 1 - Alphaville, CEP 06460-000, CNPJ nº 03.645.772/0006-83, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35905278576 ("Filial Barueri"); e (c) Rio de Janeiro/RJ, à Avenida Almirante Barroso, nº 81, Sala 36B112, Centro, CEP: 20031-004, CNPJ nº 03.645.772/0007-64, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33901571919 ("Filial Rio de Janeiro", em conjunto com as demais "Filiais"), encerramentos estes regularmente deliberados e aprovados pela Reunião de Diretoria da Companhia realizada em 01 de abril de 2025 às 11:00. Deliberações: Examinada e debatida a matéria constante da ordem do dia, os acionistas da Companhia decidiram o seguinte, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) Alterações de Estatuto. Em razão do encerramento das Filiais deliberado pela Diretoria da Companhia, aprovada a retificação do Parágrafo único do Artigo 2º do Estatuto Social, cuja redação passará a vigorar nos termos a seguir: "Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Tamboré, 267, Torre Sul, Edifício Canopus Corporate Alphaville, 27º andar, conjunto 271-A - Alphaville, CEP 06460-000, Barueri/SP. Parágrafo Único. A Companhia possui filial em Porto Alegre/RS, à Avenida Carlos Gomes, nº 1.672, Sala 03-107 DD11, Três Figueiras, CEP 90480-002, CNPJ nº 03.645.772/0004-11, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43901734191, na qual são desenvolvidas todas as atividades da matriz." Encerramento: Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Diogo Frenkel - Presidente; e Duilio de Oliveira Beneduzzi - Secretário. Acionistas Presentes: Antonio Carlos Soares Junior e Dock Tech LLC. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. A presente ata foi assinada mediante assinatura eletrônica realizada por meio da plataforma online "D4sign" ou similar, de modo que os presentes declaram e reconhecem a validade, para todos os fins, da assinatura eletrônica da presente ata, a qual, uma vez assinada digitalmente, produzirá todos os seus efeitos de direito, ficando convenção que a data de assinatura será aquela da efetiva realização da presente Assembleia Geral Extraordinária. Barueri/SP, 01 de abril de 2025. Mesa: Diogo Frenkel - Presidente; Duilio de Oliveira Beneduzzi - Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 134.679/25-8 em 17/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.	

Real Estate Duo 002		
Angra dos Reis Adm. Bens Proprios S.A.		
CNPJ(MF) nº 23.568.391/0001-40		
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		
(Valores expressos em milhares de Reais)		
BALANÇOS PATRIMONIAIS		
	31/12/23	31/12/22
Ativo	7.458	978
Ativo circulante	516	978
Títulos e valores mobiliários	516	978
Cotas de fundos de investimentos	6.942	-
Outros créditos	70	-
Rendas a receber	47	-
Créditos tributários	6.825	-
Diversos	36.233	53.468
Ativo não circulante	2.292	1
Realizável a longo prazo	2.292	1
Outros créditos	1.712	-
Valores a receber de sociedades ligadas	580	1
Diversos	17.682	36.314
Investimentos	17.682	36.314
Outros investimentos	16.259	17.153
Imobilizado de uso	16.850	16.850
Imóveis	2.576	2.576
Outros bens do imob de uso	(3.167)	(2.273)
(Depreciações acumuladas)	43.691	54.446
Total do ativo		
Passivo		
Passivo circulante	402	50.815
Fornecedores	263	-
Fornecedores	263	-
Outras obrigações	139	50.815
Impostos e contribuições sobre salários	-	25
Demais impostos e contribuições a recolher	13	47
Provisões para pagamentos a efetuar	126	136
Diversos	-	50.607
Passivo não circulante	24.877	-
Exigível a longo prazo	24.877	-
Outras obrigações	24.877	-
Diversos	24.877	-
Patrimônio líquido	18.412	3.631
Capital:	24.838	24.838
De domiciliados no país	24.838	24.838
Reservas de capital	20.972	-
Lucros / (prejuízos) acumulados	(27.398)	(21.207)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	18.412	3.631
Total do passivo e patrimônio líquido	43.691	54.446
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
	31/12/23	31/12/22
Despesas/receitas operacionais	(7.421)	(19.834)
Despesas gerais e administrativas	(6.261)	(15.167)
Despesas com pessoal	(507)	-
Outras despesas administrativas	(5.752)	(14.272)
Despesas de depreciação e amortização	(2)	(895)
Outras despesas operacionais	(1.160)	(4.667)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(7.421)	(19.834)
Resultado financeiro	1.230	4
Receitas financeiras	1.230	4
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	37	-
Rendas de títulos e valores mobiliários	17	4
Variações monetárias e cambiais ativas	1.176	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(6.191)	(19.830)
Resultado líquido das operações continuadas	(6.191)	(19.830)
Prejuízo do exercício	(6.191)	(19.830)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(6.191)	(19.830)
Nº de ações	15.750.100	15.750.100
Prejuízo por ação:	(0,393)	(1,259)
A DIRETORIA: Reinaldo Dantas - Contador CRC-1SP 110330/O-6		

ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.	
CNPJ/ME 49.732.175/0001-82 - NIRE 35300446666	
NOTA DE CANCELAMENTO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	
Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, conjunto 281, bloco A, condomínio WTorre JK, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04543-011, na qualidade de debenturista titular de mais de 10% das debêntures em circulação do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático, da ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 49.732.175/0001-82, sediada na Avenida Jose Cesar de Oliveira, nº 21, conjunto 31/33, bloco III, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05317-020, tendo em vista o Fato Relevante publicado pela MOBLY S.A. no dia 22 de abril de 2025, CANCELA a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas designada para o dia 29 de abril de 2025, às 9:00 horas, que seria realizada na sede da Companhia. São Paulo, 25 de abril de 2025. BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](https://www.datamercantil.com.br)

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL
São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2025

Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

